

**FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DO ALTO SÃO FRANCISCO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

GRAZIELA APARECIDA RIBEIRO SILVA CALÁCIO

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: Um estudo, através dos índices,
das demonstrações financeiras de uma cooperativa de crédito do Alto São Francisco.**

LUZ – MG

2018

GRAZIELA APARECIDA RIBEIRO SILVA CALÁCIO

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: Um estudo, através dos índices,
das demonstrações financeiras de uma cooperativa de crédito do Alto São Francisco.**

**Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia
Ciências e Letras do Alto São Francisco, como requisito
parcial para a obtenção do título de bacharel em
Contabilidade, curso de Ciências Contábeis.**

**Área de concentração: Contabilidade Financeira
Orientador: Lindomar Ribeiro dos Santos**

LUZ – MG

2018

Catálogo: Antonio Jorge Resende Junior / Biblio. Crb 1/1992

Calácio, Graziela Aparecida Ribeiro Silva.

C142a Análise das demonstrações contábeis: um estudo, através dos índices, das demonstrações financeiras de uma cooperativa de crédito do Alto São Francisco/ Graziela Aparecida Ribeiro Silva Calácio. Luz – MG: FASF -- 2018.
59 f.

Orientador: Profª Esp. Lindomar Ribeirão dos Santos
Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Alto São Francisco no Curso de Contabilidade.

1. Desempenho Econômico-Financeiro. 2. Banco cooperativo. 3. Liquidez 4. Análise Vertical e Horizontal. I. Título.

CDD 657

DEDICATÓRIA

A todos que contribuíram nesta minha jornada, especialmente meus pais, exemplos de humildade, amor e perseverança.

Com carinho,
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por sempre guiar meus passos.

À FASF, pela oportunidade.

À instituição financeira cedente dos dados aqui trabalhados

Ao meu marido Tácito, por toda ajuda, compreensão e paciência nesses quatro anos.

Ao meu cunhado Davi, por revisar este trabalho.

Aos meus queridos pais, Elenice e Nataniel, pelo amor incondicional e persistência.

Minha irmã Daniela e meu cunhado João, por todo apoio.

Às minhas amigas Pâmela e Leticia por me suportarem nas chatices.

Aos meus colegas, pelo companheirismo.

A todos meus professores pelo esforço, dedicação e incentivo em todos os momentos desta caminhada.

OBRIGADA!

EPÍGRAFE

“Talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor, mas lutamos para que o melhor fosse feito. Não somos o que deveríamos ser, não somos o que iremos ser, mas Graças a Deus, não somos o que éramos.”

Martin Luther King

Pense sempre positivo.

RESUMO

No presente estudo verificou-se, por meio de análises do balanço patrimonial e das demonstrações do resultado do exercício, variações na composição do patrimônio de uma cooperativa de crédito em uma cidade do Alto São Francisco-MG. Através das demonstrações contábeis, é possível medir a saúde financeira das organizações, de forma a discernir pontos positivos e negativos, utilizando ferramentas e contextualizando números em relatórios, sem que seja necessário fatores intermediários para interpretá-los. O presente trabalho teve por objetivo analisar as demonstrações contábeis dos anos de 2015, 2016 e 2017, publicados por uma cooperativa de crédito na região do Alto São Francisco em Minas Gerais. O estudo foi desenvolvido através de uma pesquisa básica, qualitativa e quantitativa. Foi realizada uma análise econômico-financeira através de índices, de forma a identificar variações no contexto estrutural econômico-financeiro da instituição. Foram aplicadas análises verticais e horizontais, bem como índices de liquidez, rentabilidade e endividamento. Os resultados obtidos, mostraram alterações na estrutura de capital e alterações no patrimônio da empresa. Também, as variações se demonstraram girar em torno da dinâmica do mercado financeiro como um todo, bem como as decisões de investimentos da instituição. O lucro líquido manteve constante evolução positiva. Houve queda dos circulantes e aumento dos não circulantes no balanço patrimonial. Os índices demonstraram liquidez aceitável, endividamento ascendente e boa rentabilidade. No contexto geral, a empresa apresentou boa saúde financeira, e teve seu melhor desempenho no ano de 2016.

PALAVRAS-CHAVE: Desempenho econômico-financeiro. Banco cooperativo. Liquidez. Análise vertical e horizontal.

ABSTRACT

In the present study, by means of the balance sheet analyzes and statements of income for the year, changes in the composition of the assets of a credit cooperative in a city of Alto são Francisco-MG were verified. By the accounting statements, it is possible to measure the financial health of organizations, to discern positive and negative points, using tools and contextualizing numbers in reports, without the needing of intermediate factors to interpret them. This study aims to analyze the financial statements for the years 2015, 2016 and 2017, published by a credit cooperative of the Alto São Francisco region of Minas Gerais. Was performed, for the study, a basic, qualitative and quantitative research. An economic-financial analysis was carried out through indexes, to identify variations in the economic-financial structural context of the institution. Vertical and horizontal analyzes, as well as liquidity, profitability and indebtedness indices were applied. The results showed changes in the capital structure and changes in the company equity. Also, the variations have been shown to revolve around the dynamics of the financial market, as well as the investment decisions of the institution. The clear amount continued to trend positively. There was a decrease in working capital and increase in non-current assets in the balance sheet. The indices showed acceptable liquidity, upward debt and good profitability. In the general context, the company presents good financial health, and had its best performance in the year 2016.

KEYWORDS: Economical and financial performance. Cooperative bank. Liquidity. Vertical and horizontal analysis

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Análise horizontal do Balanço Patrimonial	40
Tabela 2: Análise horizontal da DRE	41
Tabela 3: Análise vertical do balanço patrimonial	44
Tabela 4: Análise vertical da DRE	45
Tabela 5: Índices de liquidez	45
Tabela 6: Índices de rentabilidade	46
Tabela 7: Índices de estrutura de capital e endividamento	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CFC** - Conselho Federal de Contabilidade
- DRE** - Demonstração do Resultado do Exercício
- PL** - Patrimônio Líquido.
- AC** - Ativo Circulante
- PNC** - Passivo Não Circulante
- ELP** - Exigível a Longo Prazo
- BP** - Balanço Patrimonial
- RLP** - Realizável a Longo Prazo
- DLPA** - Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados
- PC** - Passivo Circulante
- ANC** - Ativo Não Circulante
- DFC** - Demonstração do Fluxo de caixa
- PME** - Pequenas e Médias Empresas
- DVA** - Demonstração do Valor Adicionado
- S/A** - Sociedades Anônimas
- DMPL** - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- ROA** - Retorno operacional Sobre o Ativo
- AV** - Análise Vertical
- AH** - Análise Horizontal
- BCB** - Banco Central do Brasil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Justificativa	14
1.2 Problema	15
1.3 Objetivo	15
1.3.1 Objetivo geral.....	15
1.3.2 Objetivos específicos.....	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 Contabilidade	16
2.2 Demonstrações Contábeis	16
2.2.1 Balanço patrimonial	17
2.2.1.1 Ativo	18
2.2.1.2 Passivo	19
2.2.2 Demonstração do resultado do exercício (DRE)	20
2.3 Principais usuários das análises financeiras	20
2.3.1 Instituições financeiras.....	21
2.3.2 Acionistas.....	21
2.3.3 Concorrentes	21
2.3.4 Governo	21
2.3.5 Administradores	22
2.4 Conceitos das Análises das Demonstrações Contábeis.....	22
2.5 Indicadores Financeiros	24
2.6 Análise dos Índices	25
2.6.1 Índices de Liquidez.....	26
2.6.1.1 Liquidez imediata	26
2.6.1.2 Liquidez corrente.....	27
2.6.1.3 Liquidez geral	28
2.6.1.4 Liquidez seca	28
2.6.2 Índices de Rentabilidade.....	29
2.6.2.1 Margem líquida	30
2.6.2.2 Rentabilidade do ativo	30
2.6.2.3 Rentabilidade do patrimônio líquido.....	31
2.6.2.4 Retorno operacional Sobre o Ativo (ROA)	31
2.6.3 Índices de Estrutura de capital ou Endividamento	32
2.6.3.1 Endividamento geral	32
2.6.3.2 Composição do endividamento.....	32
2.6.3.3 Garantia de capital de terceiros	33
2.6.3.4 Participação de Capitais de Terceiros (PCT).....	33
2.7 Análise	34
2.7.1 Análise Horizontal	35
2.7.2 Análise Vertical.....	36
3 METODOLOGIA	37
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	39
4.1 Análise horizontal	39
4.2 Análise vertical.....	42
4.3 Análise dos índices de liquidez	45
4.4 Análise dos índices de rentabilidade	46
4.5 Análises dos índices de estrutura de capital e endividamento.....	47

5 CONCLUSÃO.....	49
6 REFERÊNCIAS	51
7 ANEXOS	54

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo visa demonstrar a importância da análise das demonstrações contábeis, levando em consideração o momento econômico que o Brasil está passando atualmente, avaliar o desempenho das instituições financeiras é fundamental para analisar o desempenho, de forma a auxiliar na tomada de decisão.

A análise das demonstrações contábeis fornece informações acerca da saúde financeira e relata a real situação financeira em determinado período, retirando as informações sobre a posição passada, presente e futura da instituição. É uma ferramenta de gestão fundamental para as empresas, pois os métodos de análise das demonstrações contábeis são fontes de dados que auxiliam as organizações nas tomadas de decisões, contextualizando dados obtidos em informações evidenciando pontos fortes e vulneráveis.

A análise das demonstrações contábeis tem como origem a Contabilidade que é uma ciência social que visa medir a riqueza do patrimônio, sendo uma ferramenta que estuda a metodologia de cálculos e que registra atos e fatos, acerca de movimentações financeiras de determinada instituição. Surgindo a partir das necessidades do homem de mensurar o patrimônio e controlar suas riquezas, em suma, seu papel é fornecer ferramentas para que se compreenda e quantifique os resultados de instituições, oferecendo métodos de se avaliar o desempenho dos negócios.

As demonstrações contábeis fornecidas pela contabilidade devem conter as qualidades fundamentais: relevância, que são os aspectos importantes e úteis, e tem que ser fidedigna, ou seja, tem que ser completa, neutra e livre de erros. Não é possível alcançar a perfeição, mas o objetivo é que a informação prestada maximize esses três últimos atributos. E as características qualitativas de melhoria, que são a Comparabilidade, Verificabilidade, Tempestividade e a Compreensibilidade (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2018). As informações têm que ser comparadas com outras bases ou outros anos e verificadas se as informações são provenientes de uma fonte confiável e dentro do tempo de execução da decisão. Os relatórios precisam estar claros e objetivos para que qualquer pessoa possa identificar os aspectos e situação financeira da empresa, sem ser necessário um fator intermediário para interpretá-los.

Braga (1999), defendeu que a análise das demonstrações contábeis são importantes instrumentos gerenciais que permitem aos administradores de uma empresa ter uma visão mais ampla dos negócios da organização. Assim pode-se garantir que de certa forma os recursos da empresa sejam aplicados de maneira adequada e principalmente de acordo com as metas e

objetivos operacionais e institucionais da organização. As informações contábeis devem ser desenvolvidas em conjunto com a área administrativa da empresa levando em consideração os fatores que envolvem planejamento, execução e análise do desempenho (MARION, 2009).

Neste contexto, são utilizadas várias ferramentas, dentre as quais se destacam as análises das demonstrações, que se iniciam a partir das demonstrações contábeis, nestas os dados coletados são usados para calcular quocientes índices, ou coeficientes. Os indicadores econômicos surgem com a necessidade de aferir os resultados das empresas, utilizando as técnicas de análises de balanço. Dentre as técnicas mais utilizadas na análise das demonstrações está a técnica de análise de índices, a qual fornece ampla visão da situação econômica e financeira da empresa, utilizando os índices de Rentabilidade, Liquidez e Endividamento e as Análises horizontais e verticais, de maneira, avalia-se o presente com base no passado, ou comparando com índices padronizados, projetando alternativas a serem tomadas e seguidas pelos gestores, através das demonstrações financeiras, que são fundamentais para a tomada de decisões e projeções futuras acerca de ações a serem executadas em virtude destas informações.

O estudo será realizado em uma cooperativa de crédito, as cooperativas não têm fins lucrativos, tendo os seus preços acessíveis e competitivos no mercado, também devem ser Uma vez por ano, após apurados os resultados do exercício, a cooperativa distribui entre seus sócios a maior parte destas sobras, proporcional à movimentação que cada um realizou, priorizando os que são mais fidelizados e que realizam suas operações com maior frequência e valor. Diante disto, o presente estudo tem como objetivo verificar o desempenho financeiros de uma Cooperativa de crédito com base nos resultados obtidos nos anos 2015, 2016 e 2017.

A cooperativa de Crédito de Crédito de Livre admissão (CREDILUZ), situada na cidade de Luz/MG foi criada em 26/08/1988, com o intuito de despertar as lideranças rurais e unir produtores para apoiar a ideia. Em 13/02/1989 a CREDILUZ iniciou suas atividades com o apoio de uma Cooperativa Agropecuária (Copagro) que cedeu suas instalações no período em questão. E em 02/01/1998 a instituição cria na cidade vizinha (Estrela do Indaiá/MG) sua primeira filial, o PAC (Posto de Atendimento Cooperativo), hoje chamado de PA.

Em novembro de 2010 o a instituição inicia a construção de sua nova sede em Luz/MG. Em 07/01/2014 é inaugurada sua nova sede, com mais espaço, bonita, organizada, permitindo ao associado conversar com o colaborador com mais privacidade. Posteriormente, em 2016, ocorre a aquisição um imóvel próprio em para a sua filial em Estrela do Indaiá, demonstrando o compromisso da cooperativa com o desenvolvimento social. Inaugura em 2017, a agência garantiu mais comodidade e privacidade no tratamento de suas demandas, com uma agência moderna e ampla para o melhor atendimento.

A instituição vem desempenhando seu papel financeiro e social junto a seus associados e suas comunidades, baseando-se nos princípios de ajuda mútua, solidariedade, democracia e participação; fazendo cumprir sua missão de “Gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e às suas comunidades”. Conta com uma equipe de funcionários treinados e empenhados, uma diretoria dedicada, um conselho de administração e fiscal comprometidos com o desenvolvimento econômico e social. Além de uma cooperativa central competente que caminha lado a lado com os ideais da instituição e aspirações dos associados.

1.1 Justificativa

A partir da aplicação da análise de balanços, é possível mensurar a saúde da instituição e, neste caso, uma cooperativa de crédito de livre admissão. Tendo os cooperados como sócios de forma voluntária, a cooperativa se torna um meio pelo qual eles realizam suas operações financeiras, desenvolvendo um papel importante para a sociedade, sócios e colaboradores. Não obstante, a cooperativa de crédito é uma instituição que visa ser reconhecida como a propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados.

As análises das demonstrações contábeis são excelentes ferramentas que podem fornecer informações acerca do desempenho econômico/financeiro, de forma a proporcionar para as instituições oportunidades de crescimento e ajudar nas tomadas de decisões, direcionando a instituição a alcançar suas metas, objetivos e visão.

Uma vez que há a necessidade de desenvolvimento da instituição, a análise sistemática de seus indicadores financeiros, permite quantificar e discernir pontos fortes e vulneráveis dentro da empresa. Desta maneira, obtém-se dados claros acerca da saúde financeira, auxiliando na elaboração de planos futuros e tomadas de decisões.

Segundo Assaf Neto (2012, p.44),

A Análise de Balanços permite que se extraia, dos demonstrativos contábeis apurados e divulgados por uma empresa, informações úteis sobre o seu desempenho econômico – financeiro, podendo atender aos objetivos de análise dos investidores, credores, concorrentes, empregados, governo etc.

Portanto, os dados extraídos das demonstrações contábeis fornecidas pela Contabilidade são muito importantes para que o objetivo da análise tenha sucesso pleno, transformando números, antes com pouca interpretação, em informação necessária para o conhecimento dos

usuários e relevante diante da tomada de decisão.

1.2 Problema

Diante da importância que o cooperativismo de crédito apresenta, e seus desafios para o progresso, em um mercado financeiro tão competitivo e dinâmico; tanto para o desenvolvimento do quadro social, através da criação de monitoramento e indicadores, quanto para os cooperados, sociedade, e economia, questiona-se: qual o desempenho econômico e financeiro da cooperativa de crédito do Alto São Francisco no Estado de Minas Gerais, de acordo com as análises dos índices, através das demonstrações contábeis comparando os anos 2015, 2016 e 2017?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar as demonstrações contábeis dos anos de 2015, 2016 e 2017, publicados por uma cooperativa de crédito do Alto São Francisco em Minas Gerais.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Apresentar a importância da análise das demonstrações financeiras.
- Identificar o desempenho econômico – financeiro por meio dos demonstrativos contábeis, utilizando análises vertical, horizontal e indicadores financeiros e econômicos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade

A contabilidade é vista como uma ciência social, e se divide em várias áreas, como tributária, financeira, custos, patrimonial, etc. Seus objetivos são associados ao processo de registro e controle patrimonial, a tomada de decisões e a gestão empresarial (MARION, 2012).

Na área financeira, a contabilidade apura, através das análises das demonstrações contábeis, previsões para o futuro da organização analisando os eventos passados. A análise das demonstrações tem por objetivo transformar dados fornecidos pelas demonstrações financeiras em informações úteis para a tomada de decisão (OLIVEIRA *et al.*, 2010).

A técnica de análise das demonstrações contábeis surgiu em meados do século passado, quando os banqueiros americanos passaram a solicitar os balanços patrimoniais às empresas tomadoras de crédito com objetivo de analisar dados para a tomada de decisão na concessão de crédito (MARION, 2012).

Com o passar dos anos, a necessidade de informação pelas partes interessadas foi aumentando, e a análise das demonstrações começou a progredir, sendo que os dados examinados começaram a ser comparados com outros itens, resultando na geração de índices, possibilitando conhecer melhor a potencialidade da empresa tomadora de crédito (MATARAZZO, 2010).

2.2 Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são os recursos apresentados por meio de relatórios disponibilizados pela contabilidade para usuários interessados em manter relacionamento com determinada organização. Com posse destes relatórios é possível verificar e antever acontecimentos futuros e até mesmo o rumo que tais negócios irão tomar (MARION, 2009).

Conforme Assaf Neto (2012), através das demonstrações contábeis de uma empresa é possível extrair informações a respeito de sua posição econômica e financeira. Com essas informações, visa-se obter conclusões sobre o desempenho retrospectivo, presente e futuro da empresa. As Demonstrações Contábeis devem ser fornecidas pelo contador para os acionistas, administradores financeiros e dirigentes. Visando fornecer uma série de dados sobre a empresa, os dados de maior ênfase é o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, uma vez que, por meio delas, são evidenciadas de forma objetiva a situação financeira e

econômica da empresa (MATARAZZO, 2010).

Segundo Assaf Neto (2012) é importante ressaltar que, de posse dos demonstrativos contábeis, tomaremos conhecimento dos resultados obtidos e de vários outros dados da empresa. Por fim, através de uma análise econômico-financeira das informações, chegaremos as conclusões mais consistentes sobre o real desempenho da empresa. Para Silva (2010), as demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. Com o objetivo de proporcionar informações acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações tomada de decisões econômicas.

Segundo a Norma de Procedimento Contábil nº 27 (2005),

as demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data. O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões. As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados.

Conforme estabelece a Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 e atualizações (BRASIL, 2013) as empresas no final de cada exercício social devem elaborar com base nos fatos registrados pela escrituração contábil as seguintes demonstrações financeiras que deverão apresentar a situação do patrimônio da empresa e as variações ocorridas durante o exercício social, porem foram utilizados no presente estudo apenas as duas principais demonstrações que é o Balanço patrimonial e a Demonstração do resultado do exercício.

- a) Balanço Patrimonial;
- b) Demonstração do Resultado do Exercício;
- c) Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados;
- d) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- e) Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- f) Demonstração do Valor Adicionado (companhias abertas);
- G) Notas explicativas

2.2.1 Balanço patrimonial

O Balanço patrimonial apresenta a situação patrimonial e financeira de uma empresa, evidenciando a posição patrimonial e financeira da Entidade. No balanço patrimonial, as contas

deverão ser classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da empresa (ASSAF NETO, 2012).

De acordo com o § 1º do artigo 176 da Lei 6.404/76, as demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior, para fins de comparação. São compostas por Ativos (bens e direitos), Passivos (obrigações) e Patrimônio líquido (os recursos próprios da Entidade) (BRASIL, 1976).

De acordo com a NBC T 19.41, o Balanço Patrimonial da entidade é a relação de seus ativos, passivos e patrimônio líquido em uma data específica. Conforme Matarazzo (2010), o balanço patrimonial apresenta todos os bens e direitos da empresa, denominado Ativo, bem como suas obrigações, dito Passivo, em um determinado período de tempo, em geral, um exercício social, verificando ainda a diferença entre os mesmos, apresentada como Patrimônio Líquido, remetendo a ideia de quanto capital foi investido na empresa, seja de um recurso externo ou refletindo suas operações de ganho interno. O BP é a mais importante demonstração contábil onde se visualiza o equilíbrio do patrimônio, a igualdade patrimonial, devendo ser elaborado com precisão para obter dados que espelhem a realidade da empresa obedecendo sempre os princípios contábeis. Segundo a NBC T 19.41 o Balanço Patrimonial da entidade é a relação de seus ativos, passivos e patrimônio líquido em uma data específica.

O Balanço Patrimonial compreende diversos grupos onde as contas são agregadas com o intuito de facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da empresa. Conforme Braga (2009) as contas do Ativo são dispostas em ordem decrescente de realização ou conversibilidade (grau de liquidez) e as contas do Passivo e Patrimônio Líquido em ordem decrescente de exigibilidade.

2.2.1.1 Ativo

É um dos componentes do balanço patrimonial e evidencia todos os bens e direitos da empresa avaliáveis através de moeda corrente e que demonstrem benefícios presentes ou futuros para a organização. Segundo a NBC T 19.41 o Ativo é: “[...] um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade”. Dentro do Ativo pode-se apresentar dois grandes grupos: Ativo Circulante e Ativo Não-Circulante dispostos em ordem decrescente de liquidez.

O ativo circulante corresponde às contas consideradas de rotação, as que apresentam liquidez imediata ou que são convertidas em moeda corrente a curto prazo estão dispostas no

subgrupo disponível do AC. Fazem parte do Ativo Circulante além do Disponível os seguintes subgrupos: aplicações financeiras, valores a receber a curto prazo, estoques, despesas antecipadas. Em outra mão, o ativo não circulante apresenta grupos de baixa liquidez, ou seja, sua transformação para moeda corrente é lenta e aqueles que não se destinam a venda tendo liquidez mínima. Divide-se nos seguintes subgrupos: ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado, intangível.(MARION, 2012).

2.2.1.2 Passivo

É um dos componentes do balanço patrimonial e evidencia toda a obrigação que a empresa tem perante terceiros, é uma obrigação exigível, ou seja, no momento em que a dívida vencer será exigida a sua liquidação. Sua apresentação é em ordem decrescente de exigibilidades sendo destacadas em ordem de prioridade. (MARION, 2012)

as contas que devem ser pagas mais rapidamente. Segundo a NBC T 19.41 o Passivo é: “[...] uma obrigação atual da entidade como resultado de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera resulte na saída de recursos econômicos”. Conforme Iudícibus (2013, p.36): “O Passivo agrupa contas de acordo com o seu vencimento, isto é, aquelas contas que serão liquidadas mais rapidamente integram um primeiro grupo. Aquelas que serão pagas num prazo mais longo formam outro grupo”, originando o Passivo Circulante e o Passivo Não Circulante.

O Passivo Circulante é formado por obrigações a curto prazo, ou seja, pagas dentro de um ano ou um exercício social da empresa. As principais contas são: obrigações com fornecedores, financeiras, fiscais, trabalhistas, provisões, além de outras obrigações caracterizadas a curto prazo. O Passivo Não-Circulante é formado pelas dívidas que serão liquidadas com prazo superior a um ano. As principais contas são: financiamentos, empréstimos, debêntures de longo prazo, tributos, além de outras contas de longo prazo.

E por último, o Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os seus passivos, indicando o volume dos recursos próprios da empresa, pertencente a seus sócios e acionistas. O Patrimônio Líquido para Assaf (2010, p.48): “Identifica os recursos próprios da empresa, sendo formado pelo capital investido pelos acionistas (ou sócios), mais os lucros gerados nos exercícios e que foram retidos na empresa (lucros não distribuídos)”. É constituído por: Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados. A NBC T 19.41 define o PL como: “[...] o valor residual dos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos”.

2.2.2 Demonstração do resultado do exercício (DRE)

O artigo 187 da Lei 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), instituiu a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE. A Demonstração do Resultado do Exercício tem como objetivo principal apresentar de forma vertical resumida o resultado apurado em relação ao conjunto de operações realizadas num determinado período, normalmente, de doze meses. Evidencia o resultado do Exercício confrontando as receitas, custos e despesas, resultando no lucro líquido.

Segundo Iudícibus (2013) a Demonstração do Resultado do Exercício é um resumo ordenado das receitas e despesas, sendo apresentada de forma dedutiva, apresentando os aumentos e as reduções causadas no Patrimônio Líquido através das operações da empresa em um determinado período de tempo. Assim, a partir das receitas subtraem-se as despesas para que se possa assim indicar o resultado, lucro ou prejuízo. Segundo a NBC T 19.41 se a empresa não possuir nenhum item de outro resultado abrangente durante o período em que as demonstrações foram apresentadas, apenas a DRE precisa ser demonstrada, caso contrário a Demonstração do Resultado Abrangente deve ser elaborada em complemento à DRE.

2.3 Principais usuários das análises financeiras

Os usuários tanto podem ser internos como externos e, mais ainda, com interesses diversificados, razão pela qual as informações geradas pela Entidade devem ser amplas e fidedignas e, pelo menos, suficientes para a avaliação da sua situação patrimonial e das mudanças sofridas pelo seu patrimônio, permitindo a realização de inferências sobre o seu futuro. Os usuários internos incluem os administradores de todos os níveis, que usualmente se valem de informações mais aprofundadas e específicas acerca da Entidade, notadamente aquelas relativas ao seu ciclo operacional. Já os usuários externos concentram suas atenções, de forma geral, em aspectos mais genéricos, expressos nas demonstrações contábeis (BULGARIM; JINZENJI, 2008)

A análise das demonstrações Financeiras é importante para todos que tem relação com uma empresa, pois seu objetivo é atender a diferentes dimensões nos interesses de seus usuários tanto pessoas físicas, como pessoas jurídicas. Cada usuário procura detalhes específicos que traga respostas a seus interesses, ou seja, cada usuário está interessado em algum aspecto particular da empresa. Para Assaf Neto (2012), os usuários, também chamados de stakeholders, mais importantes da análise das demonstrações de uma empresa são os fornecedores, clientes,

instituições financeiras, acionistas, concorrentes, governo e seus próprios administradores.

Os principais usuários da análise financeira são os analistas financeiros. Em seu sentido mais genérico, o analista é qualquer profissional que desenvolva a análise financeira de uma empresa.

2.3.1 Instituições financeiras

As instituições financeiras precisam ter conhecimento da posição de curto e longo prazo da empresa, pois mesmo que a operação se liquide em curto prazo, existe a possibilidade de renovações de empréstimos e o interesse em manter a empresa como cliente, nesta análise os aspectos relevantes são o endividamento, a solvência e a rentabilidade (MATARAZZO, 2010; ASSAF NETO, 2012).

2.3.2 Acionistas

Os acionistas e investidores utilizam-se da análise das demonstrações para avaliar se é conveniente o investimento em ações de determinada empresa, observam a eficiência que a organização tem em gerar lucro e remunerar os recursos dos investidores e através da liquidez verificam se a empresa apresenta condições de continuar atuando no seu negócio (MATARAZZO, 2010; ASSAF NETO, 2012).

2.3.3 Concorrentes

Segundo Assaf Neto (2012), análise de concorrentes é importante para que a empresa possa melhor conhecer seu mercado e comparar sua posição econômico-financeira (liquidez, rentabilidade, crescimento de vendas, etc.) em relação ao setor de sua atividade (empresas concorrentes). Através de confrontos das análises de demonstrações entre concorrentes é possível apurar vários índices padrão e cada organização se auto-avaliar diante destes índices (MATARAZZO, 2008).

2.3.4 Governo

Para o governo a análise das demonstrações contribui para a tomada de decisão nos processos de licitações, quando duas ou mais empresas apresentam propostas semelhantes surge

à necessidade de identificar qual a empresa aponta melhores condições para ser vencedora do processo, diante disso, o governo através da análise das demonstrações identifica qual está com melhor situação financeira para ser vencedora do processo. Após a escolha da vencedora, o governo continua monitorando a situação econômico-financeira da empresa para averiguar se ainda apresenta condições de cumprir as tarefas as quais se candidatou. (MATARAZZO, 2010; ASSAF NETO, 2012). A análise das demonstrações também proporciona ao governo “conhecer a posição financeira dos diferentes ramos e setores de atividade como forma de subsidiar a formulação de certas políticas econômicas” (ASSAF NETO, 2012, p. 49).

2.3.5 Administradores

Os administradores utilizam a análise das demonstrações para avaliar no presente os resultados de seus trabalhos, se as decisões tomadas e as políticas aplicadas estão atingindo os resultados esperados e com base nestes resultados estimar o desempenho futuro da empresa. Conforme Assaf Neto (2012, p. 49) avaliando os relatórios “será possível conhecer o retorno dos investimentos totais, a rentabilidade do capital próprio, a rotação dos ativos, o volume de dívidas em relação ao capital dos proprietários”.

2.4 Conceitos das Análises das Demonstrações Contábeis

As análises das Demonstrações Contábeis é uma ferramenta utilizada principalmente para identificar a situação financeira de uma empresa através de informações contidas em suas demonstrações. As principais Demonstrações Contábeis utilizadas para a análise são o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício. Perez Junior; Begalli (2009, p. 239), definem Análise das Demonstrações Contábeis como ‘[...] uma forma de transformar dados em informações úteis à tomada de decisão’. As informações levantadas por meio da análise são úteis a diversos usuários, como futuros investidores, sócios, credores, instituições financeiras, clientes, governo, gestores, entre outros.

O objetivo da análise varia de acordo com o usuário interessado. Investidores, por exemplo, necessitam saber a situação da empresa para decidirem investir ou não; credores e instituições financeiras têm interesse em obter informações sobre a capacidade da empresa de honrar suas dívidas; acionistas utilizam a análise para saber os níveis de lucratividade; os gestores se baseiam nos dados, entre outras ferramentas, para acompanhar o desempenho da empresa ao longo dos anos (IUDÍCIBUS, 2013). Silva (2008, p. 6) conceitua Análise das

Demonstrações Contábeis como um '[...] exame minucioso dos dados financeiros disponíveis sobre a empresa, bem como das condições endógenas e exógenas que afetam financeiramente a empresa'. Silva (2008) ainda destaca que para desenvolver a análise de uma empresa são necessários os seguintes passos: coletar, conferir, preparar, processar, analisar e concluir. Na etapa de coleta, serão obtidas as Demonstrações Contábeis e as demais informações necessárias; na conferência será feita uma pré-análise para verificar se as informações estão completas, compreensíveis e confiáveis; durante a preparação as demonstrações serão reclassificadas adequando-as aos padrões internos da instituição que a analisará; no processamento as informações são processadas e os relatórios no formato interno da instituição são emitidos; na fase de análise as informações disponíveis são analisadas; na conclusão deve-se identificar, ordenar, destacar e escrever sobre os pontos mais importantes e recomendações a respeito da empresa. Segundo Iudícibus (2013), a Análise das Demonstrações Contábeis é mais útil para a identificação de problemas do que soluções, porém, se utilizada corretamente, pode ser convertida em um "painel de controle" para a administração da empresa.

Segundo Matarazzo (2010), a análise das demonstrações financeiras, tem como objetivo extrair informações para a tomada de decisões. Através dela se podem avaliar o efeito de certos eventos sobre a situação financeira de uma empresa. Iudícibus (1998), ressalta que os diversos usuários das informações contábeis fazem uso da análise das Demonstrações Contábeis para melhor entender a situação econômico-financeira das empresas. Foi o interesse dos usuários que fez evoluir a análise dos demonstrativos contábeis. De acordo com Matarazzo (2010), o diagnóstico de uma empresa quase sempre começa com uma rigorosa análise das demonstrações financeiras, cuja finalidade é determinar quais são os pontos críticos e permitir, de imediato, apresentar um esboço das prioridades para a solução de seus problemas.

Conforme Franco (1989), analisar significa transformar as demonstrações contábeis em partes de forma que melhor se interprete os seus elementos. Interessa conhecer primordialmente dois aspectos do patrimônio, quais sejam, o econômico e o financeiro. A situação econômica diz respeito à aplicação do capital e seu retorno e a situação econômica diz como a empresa está em relação a seus compromissos financeiros.

Para Marion (2009), a análise dos dados coletados é fundamental para que os mesmos tornem-se informações relevantes, passando a influenciar de forma direta ou indireta no processo de decisão de uma organização. A análise das Demonstrações Contábeis pode ser dividida em duas formas: a Análise Financeira, possibilitando a interpretação financeira da organização, analisando o grau de liquidez e capacidade de solvência; e a Análise Econômica, possibilitando a interpretação das variações do patrimônio e da riqueza gerada pelas atividades

da organização. Ambas são elaboradas e avaliadas sob várias maneiras, sendo influenciada pelo momento em que a organização se encontra e qual a finalidade da análise.

Para fazer a análise das demonstrações financeiras existem algumas técnicas, na qual uma delas é feita através de índices, onde se exige a comparação de padrões e a fixação da importância relativa de cada índice, visando evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira. (MATARAZZO, 2010). Segundo Assaf Neto (2012), os indicadores econômico-financeiros procuram relacionar elementos afins das demonstrações contábeis, de forma a extrair conclusões sobre a situação da empresa.

Outra técnica utilizada na análise das demonstrações contábeis, de acordo com Matarazzo (2010), é a análise vertical e a análise horizontal: através desta pode-se conhecer os pormenores das demonstrações financeiras que escapam à análise através de índices. Na análise vertical o percentual de cada conta mostra sua real importância no conjunto, já na horizontal a evolução de cada conta mostra o caminho seguido pela empresa e as possíveis tendências. É imprescindível a compreensão, a análise e o monitoramento, principalmente, do Balanço Patrimonial (BP) e da Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), além de fazer controle de caixa, controle dos custos e observar os dados contidos nos diversos índices financeiros. Conforme Sebastião (2014), são utilizadas algumas técnicas para análise das demonstrações financeiras, sendo as mais aplicadas, a análise de índices econômicos/financeiros, a análise vertical e a análise horizontal.

2.5 Indicadores Financeiros

Como forma de analisar o desempenho financeiro, a atratividade de investimento e a situação de equilíbrio ou insolvência das empresas, utiliza-se a técnica de análise de balanços que permite verificar “[...] a posição econômico financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras” (ASSAF NETO, 2012, p. 43).

Os indicadores financeiros servem como identificadores que demonstram a potencialidade da empresa. São eles que dizem qual a liquidez da empresa de dispor de recursos para saldar suas dívidas, qual o endividamento da empresa com terceiros, qual o retorno sobre os investimentos dos acionistas, [...], entre muitas outras singularidades ativas de análise (TEIXEIRA; MELO, 2011, p. 1).

2.6 Análise dos Índices

Conforme Matarazzo (2010), o índice é a relação entre contas ou grupo de contas das demonstrações financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa. Silva (2010), ressalta que a análise dos índices fornece uma ampla visão da situação econômica, financeira e patrimonial da empresa. As análises devem ser realizadas através da construção de série histórica com os números encontradas os quais são apurados através da relação entre contas ou grupos de contas que integram as demonstrações contábeis.

De acordo com Matarazzo (2010), é de grande importância o uso dos índices na realização das análises, pois estes são usados para mensurar e entender qual é a situação da empresa diante do mercado. Para conhecer a situação da empresa são necessários três índices indispensáveis, que são representados pelos índices de *liquidez*, *rentabilidade* e *endividamento*.

Marion (2012), define o conceito de índices. Índices são relações que se estabelecem entre duas grandezas; facilitam sensivelmente o trabalho do analista, uma vez que a apreciação de certas relações ou percentuais é mais significativa (relevante) que a observação de montantes, por si só.

De acordo ainda com Marion (2012), a primeira etapa para análise dos índices é denominada pelo cálculo do índice com base numa fórmula. A segunda etapa é a interpretação do mesmo para a explicação do resultado do cálculo. A terceira etapa, e considerada a mais importante, é a conceituação do índice, ou seja, saber se ele é bom, razoável, ruim, etc. Nos tópicos subsequentes, destacar-se-ão quais os índices serão abordados neste trabalho, algumas de suas interpretações como também suas conceituações.

Segundo Assaf Neto (2012), a análise das demonstrações visa demonstrar com base nas informações contábeis extraídas das empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas de sua evolução e as tendências futuras analisando o presente com base no passado.

Portanto a análise das demonstrações é a principal ferramenta utilizada para a tomada de decisão. Diante disso, para que os resultados encontrados na análise das demonstrações sejam confiáveis, é fundamental existir qualidade da informação, isso quer dizer, rigor nos lançamentos contábeis; uso adequado dos princípios contábeis; veracidade nos valores registrados, entre outros.

2.6.1 Índices de Liquidez

Para Gitman (2010), a liquidez de uma empresa é analisada pela sua capacidade de saldar suas obrigações de curto prazo, em termos mais simples, é a facilidade com que a empresa tem em pagar suas contas em dia. Ter uma liquidez baixa, a empresa deve ficar em alerta, pois futuramente pode apresentar problemas com o fluxo de caixa e insolvência iminente do negócio

Liquidez é a capacidade de uma empresa de saldar suas obrigações de curto prazo na medida que se tornam devidas. A liquidez de uma empresa é medida pela sua capacidade de pagar as obrigações em dia (Gitman, 2010). "Liquidez é capacidade de uma empresa para satisfazer suas obrigações no curto prazo, na data do vencimento". A liquidez, ainda segundo o autor, refere-se à solvência da situação financeira global da empresa ou seja, a facilidade com que ela pode pagar suas contas. Ainda de acordo com Gitman (2010), os índices de liquidez são: liquidez seca, imediata, corrente e geral.

Porém conforme Matarazzo (2010, p.99): "Uma empresa com bons índices de liquidez tem condições de ter boa capacidade de pagar suas dívidas, mas não estará, obrigatoriamente, pagando suas dívidas em dia em função de outras variáveis como prazo, renovação de dívidas etc." Os índices de liquidez não são retirados do fluxo de caixa, são elaborados a partir do confronto do ativo circulante com as dívidas da empresa.

Matarazzo (2010), aponta ainda que através dos índices desse grupo pode-se verificar a situação financeira da empresa, pois são a partir destes que ocorre o confronto dos ativos circulantes com as dívidas. Uma empresa ter boas condições de pagar suas dívidas deve-se ter bons índices de liquidez. O grupo de índices de liquidez é subdividido em: Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Liquidez Seca.

2.6.1.1 Liquidez imediata

Também conhecida como índice de liquidez absoluta ou instantânea é capacidade de pagamento da empresa. É mais restritiva do que o índice de Liquidez seca, pois confronta apenas as disponibilidades (Caixa, bancos e aplicações financeiras de resgates instantâneos) com o total do passivo Circulante.

Segundo Assaf e Neto (2012), o índice de liquidez imediata apresenta a capacidade que a empresa tem em saldar suas dívidas em curto prazo, onde se é comparado as disponibilidades com as obrigações de curto prazo. Para Zdanowicz (2010, p. 78), este índice "é utilizado na

avaliação do nível de recursos que estão disponíveis para o cumprimento dos compromissos mais imediato. Ele informa o quanto de dívidas de curto prazo pode ser saldado de imediato”.

Ainda de acordo com Marion (2014, p. 91),

A empresa deverá manter certos limites de segurança, não desejando o analista obter índices altos, pois o caixa e banco perdem o poder aquisitivo com a inflação. Nem reduções sucessivas nesse índice significam situações constrangedoras, podem significar uma política mais rígida de disponível, e até mesmo, uma redução no limite de segurança. Sucessivas reduções na Liquidez Imediata, com constantes e crescentes atrasos no pagamento a fornecedor (detectados mediante as informações comerciais obtidas na praça), já são um indicador relevante de dificuldade financeira.

Sendo assim, um índice de Liquidez Imediata baixo, não significa um ponto, necessariamente, negativo, tem de se considerar que algumas das dívidas podem ser pagas dentro de pouco tempo, e o resultado do índice será outro. Também antes de tomar qualquer decisão é interessante verificar os resultados dos outros índices. A fórmula da liquidez imediata se dá por:

$$\text{Liquidez Imediata} = \text{Disponibilidades/Passivo circulante}$$

2.6.1.2 Liquidez corrente

Leva em consideração apenas os ativos e passivos de curto prazo (circulante) e estabelece a capacidade de pagamento no período de um ano. Para Assaf Neto (2012), a liquidez corrente, mensura a capacidade de pagamento da empresa em curto prazo. Indica quanto a empresa possui no ativo circulante para cada R\$ 1 de Passivo Circulante. Quanto maior o índice, melhor, pois isso significa que os recursos do Passivo Circulante foram investidos no Ativo Circulante.

Para Zdanowicz (2010, p. 80) “A liquidez Corrente é também denominada pelos analistas financeiros como liquidez normal ou comum. O índice de liquidez corrente é utilizado para avaliar a capacidade de pagamentos das obrigações de curto prazo”. Assim, quanto maior o índice de liquidez corrente, melhor será a capacidade da empresa para custear suas obrigações de capital de giro. Além do mais, se deve sempre comparar os índices com as empresas do mesmo setor, ou seja, com índices padrões. Segundo Marion (2012) os índices-padrão, que representam índices médios de diversas empresas do mesmo ramo de atividade, e que servirão de parâmetro para comparação. Ainda segundo o autor, dada a importância desse indicador, há uma preocupação por parte dos responsáveis pelas finanças da empresa em melhorá-lo. Por isso

a importância de se trabalhar com Demonstrações Contábeis.

Esse indicador pode ser obtido conforme a fórmula abaixo.

$$\text{Liquidez Corrente} = \text{Ativo circulante} / \text{Passivo circulante}$$

2.6.1.3 Liquidez geral

Confronta o total de ativos circulantes e realizável a longo prazo com o total de passivos também circulantes e de longo prazo. Liquidez Geral (LG), segundo Ribeiro (2017), é o quociente que evidencia se os recursos financeiros aplicados no Ativo Circulante e no Ativo Realizável a Longo Prazo são suficientes para cobrir as obrigações totais, ou seja, quanto a empresa tem de Ativo Circulante mais Realizável a Longo Prazo, para cada real de obrigação total.

Quanto a empresa possui no ativo circulante e no ativo realizável a longo prazo para cada unidade monetária de dívida total. Para Braga (1999, p.164): “Este quociente indica a capacidade financeira da empresa para solver todos os compromissos para com seus credores de curto e longo prazo (passivo).”

De acordo com Matarazzo (2010) melhor é a liquidez da empresa quando a dependência é menor de capital de terceiros, e diminui o risco financeiro. Por outro lado o endividamento é uma fonte de recursos para manter a sua atividade ou a ampliação dela. Os custos do capital de terceiros muitas vezes são menores que o custo do capital próprio. É obtida pela fórmula:

$$\text{Liquidez Geral} = (\text{AC} + \text{RLP}) / (\text{PC} + \text{PNC})$$

2.6.1.4 Liquidez seca

Conhecido também como “Teste Ácido” (acid test), verifica o quanto a empresa possui de disponibilidades (dinheiro, depósitos bancários a vista e aplicações financeiras de liquidez imediata), aplicações financeiras a curto prazo e duplicatas a receber, para cada unidade monetária no Passivo Circulante (dívidas a curto prazo). Conforme Braga (1999, p.164): “[...] este índice mede a capacidade da empresa para pagar suas obrigações sem ser forçada a vender seus estoques [...]”. Retirando os estoques do numerador, uma grande fonte de incertezas é eliminada, porém dada a rotatividade dos estoques o índice apresenta uma posição conservadora diante da liquidez da empresa.

Para Zdanowicz (2010, p. 79), a liquidez seca “tem como objetivo avaliar a capacidade de pagamento da cooperativa no curto prazo sem levar em conta os estoques, que são considerados como elementos menos líquido no Ativo Circulante”. Onde Assaf Neto (2012), complementa: o quociente de liquidez seca relata a porcentagem das dívidas de curto prazo em condições de serem pagas por meio da utilização de itens monetários de maior liquidez do ativo circulante. Essencialmente, a liquidez seca determina a capacidade de curto prazo de pagamento da empresa mediante a utilização das contas do disponível e valores a receber.

A LS é determinada a partir da seguinte fórmula:

$$\text{Liquidez Seca} = (\text{AC} - \text{Estoques})/\text{PC}$$

Para o LS quanto maior o índice, melhor a situação financeira da empresa, pois significa que os seus recursos a curto prazo são capazes de pagar suas dívidas a curto prazo, independente da venda dos estoques.

2.6.2 Índices de Rentabilidade

Índices de rentabilidade são um conjunto de medidas que permitem que analistas avaliem o lucro de determinada instituição. Na concepção de Gitman (2010) há inúmeras medidas de rentabilidade para uma empresa, dessa maneira devem-se avaliar os lucros que a mesma obteve em relação as suas vendas, ativos ou investimentos dos proprietários. A empresa deve ter lucro, pois se não tiver ela não atrairá capital externo.

Os índices deste grupo mostram qual a rentabilidade dos capitais investidos, isto é, quanto renderam os investimentos. Segundo Assaf Neto (2012), os índices de rentabilidade servem para medir a capacidade econômica da empresa, isto é, evidenciam o grau de êxito econômico obtido pelo capital investido da empresa. Esses indicadores têm por objetivo avaliar os resultados obtidos por uma empresa em relação a determinados parâmetros que melhor revelam suas dimensões.

Matarazzo (2010) afirma que através dos índices de rentabilidade é possível verificar os capitais investidos e com isso qual foi o resultado econômico da empresa. São alguns índices de rentabilidade: Margem Líquida, Margem Bruta, Rentabilidade do Ativo e Rentabilidade do Patrimônio Líquido. Destes, apenas a margem bruta não foi utilizada no trabalho.

Ao contrário do que trataram os índices de endividamento e de liquidez que demonstram a posição financeira da empresa, os índices de rentabilidade ou também conhecidos como de

lucratividade e retorno sobre o investimento determinam a situação econômica da empresa concentrando a atenção na geração de resultados (Assaf Neto, 2012)

2.6.2.1 Margem líquida

Confronta o Lucro líquido do período com as vendas líquidas, Nesta margem, além do resultado financeiro, também são incluídos os resultados não operacionais, indicando o quanto sobrou de receita para a empresa após deduzir todos custos, despesas e gastos.

De acordo com Zdanowicz (2010) a margem líquida é importante para a cooperativa cuja a apuração ocorre após se deduzir das sobras operacionais as despesas operacionais (administrativa, marketing, tributárias e financeiras) no período em análise.

Segundo Matarazzo (2010), a margem de lucro líquida representa a eficiência de despesas em relação as vendas, pois quanto menores as despesas, maior será a margem de lucro. Quanto mais elevada à margem de lucro líquido da empresa, melhor, essa margem pode ser obtida conforme a fórmula abaixo:

$$\text{Margem Líquida} = \text{Lucro líquido} / \text{Vendas líquidas}$$

2.6.2.2 Rentabilidade do ativo

Confronta o Lucro líquido com o ativo total médio, no ativo encontramos os recursos materiais logísticos e monetários necessários para o desempenho das atividades na empresa, o confronto mede o percentual de lucro gerado pela movimentação desses recursos.

Para Matarazzo (2010), este índice representa uma medida da capacidade da empresa em gerar lucro líquido, e desta maneira, poder capitalizar-se. É ainda uma medida do desempenho comparativo da empresa. De acordo com Ribeiro (2009), o índice de rentabilidade do ativo, evidencia o potencial de geração de lucros por parte da empresa. Quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$ 1,00 de investimento. A interpretação deste quociente deve ser direcionada para verificar o tempo necessário para que haja retorno dos capitais próprios e de terceiros investidos na empresa. É obtida pela fórmula abaixo:

$$\text{Rentabilidade do Ativo} = \text{Lucro líquido} / \text{Ativo total}$$

2.6.2.3 Rentabilidade do patrimônio líquido

Confronta o lucro líquido do período com o patrimônio líquido médio, fornecendo a medida de rentabilidade do investimento dos proprietários, sócios ou acionistas. Segundo Matarazzo (2010), o índice de rentabilidade do patrimônio líquido demonstra qual a taxa de rendimento do capital próprio investido na empresa. Este índice ajuda a demonstrar aos sócios ou acionistas quanto que estão lucrando por estarem com o capital investido na empresa, podendo ser comparado com os ganhos dos outros mercados, o financeiro e o de capitais. O indicador é calculado pela seguinte fórmula.

$$\text{Rentabilidade do Patrimônio Líquido} = \text{Lucro líquido} / \text{Patrimônio líquido}$$

2.6.2.4 Retorno operacional Sobre o Ativo (ROA)

De acordo com Assaf Neto (2008), o ROA representa o retorno gerado pelas aplicações de empresa em seus ativos. Demonstra o retorno gerado por cada \$ 1,00 investido pela empresa. Desta maneira, é o resultado da empresa antes das despesas financeiras, ou seja, é o resultado gerado exclusivamente pelas decisões de ativos (ASSAF NETO, 2009). Ainda segundo o autor, este indicador pode ser interpretado como custo financeiro máximo que uma empresa poderia incorrer em suas captações de fundos.

Wernke (2008), define ROA como o indicador que representa o retorno alcançado com o dinheiro aplicado em ativos em um determinado período. O uso do ROA permite que se identifique a maneira como a margem do lucro aumenta ou diminui; a probabilidade de medir a eficiência dos ativos permanentes em produzir vendas; possibilidade de avaliar a gestão do capital de giro por meio de indicadores calculados em dias; permite a determinação de medidas que identificam a habilidade do gestor para controlar custos e despesas em virtude do volume de vendas e, não obstante, propicia a comparação das medidas de eficiência citadas anteriormente e estabelece o patamar máximo de custo de captação de recursos que a empresa pode suportar.

$$\text{Rentabilidade operacional do ativo} = \text{Lucro Operacional} / \text{Ativo Total Médio}$$

2.6.3 Índices de Estrutura de capital ou Endividamento

Os índices de endividamento, segundo Iudícibus (2013), relacionam as fontes de fundos entre si, procurando retratar a posição relativa do capital próprio com relação ao capital de terceiros. De uma maneira geral, através dos índices de endividamento consegue-se visualizar de forma mais abrangente qual a situação financeira da empresa. Ribeiro (2017), ressalta que com os índices de endividamento, é possível se evidenciar o grau de endividamento da empresa em decorrência das origens dos capitais investidos no patrimônio. Eles mostram a proporção existente entre os capitais próprios e os capitais de terceiros, sendo calculados com base no balanço patrimonial. Para visualizar a composição de endividamento da empresa, existem alguns indicadores.

2.6.3.1 Endividamento geral

O índice de endividamento geral ou participação de terceiros, é um índice mede a proporção do ativo financiada pelos credores da empresa. Quanto mais elevado, maior o montante de capital de terceiros usado para gerar lucros (GITMAN, 2010). Segundo Assaf Neto (2010), o endividamento geral demonstra a dependência da empresa em relação a suas exigibilidades totais, ou seja, de todo o investimento em seus ativos, qual a participação de terceiros.

Este índice é representado pela fórmula abaixo:

$$\text{Índice de Endividamento Geral} = (\text{PC} + \text{Exigível a LP}) / \text{Ativo total}$$

2.6.3.2 Composição do endividamento

Para Assaf Neto (2012), a composição do endividamento, tem por finalidade verificar qual é a porcentagem do curto prazo em relação ao total das obrigações da empresa. Para uma empresa é interessante que a mesma use o financiamento a curto prazo para o ativo circulante, onde é mais fácil obter resultados, e o de longo prazo para investimentos no ativo permanente. Na composição do endividamento é comparado o passivo circulante com o passivo total. Segundo Perez Junior; Begalli (2009), este índice indica o quanto das obrigações vencem a curto prazo para cada R\$1,00 de dívidas totais. Quanto maior o indicador, maior a concentração de dívidas a curto prazo.

Pagliato (2009) ressaltou que uma empresa em desenvolvimento geralmente procura financiar grande parte do investimento com dívidas de longo prazo, para que a medida que ela ganhe capacidade operacional, tenha condições de começar a amortizar suas dívidas. Um índice maior que 0,5 significa que a maioria das suas dívidas vencem a curto prazo. Para Marion (2012), esta é uma situação desfavorável para a empresa e prejudica sua situação financeira, ou seja, sua liquidez corrente.

Sua fórmula é a seguinte:

$$\text{Composição do endividamento} = \text{Passivo circulante/PC} + \text{ELP}$$

2.6.3.3 Garantia de capital de terceiros

Segundo Marion (2009), o índice de garantia de capital próprio ao capital de terceiros compara o Patrimônio líquido em relação ao capital de terceiros, ou seja, de acordo com a interpretação, para uma proporção de capital de terceiros existe certa quantidade de capital próprio como garantia. A garantia a capitais de terceiros de acordo com Zdanowicz (2010, p. 85), “procura analisar a segurança financeira que os capitais próprios oferecem aos recursos de terceiros aplicados na massa patrimonial ativa da cooperativa, além de avaliar também a consistência e a solidez da parceria firmada entre as partes envolvidas”. Quando o resultado é menor do que a unidade, constata-se que a sociedade não consegue cobrir os capitais de terceiros que foram investidos nela, quando for igual o resultado, significa que a proporção de capital próprio e de terceiros é igual, já quando o resultado é maior, demonstra que a sociedade está financiando seus ativos com seu próprio capital e dependendo menos do capital derivados terceiros.

Este índice é obtido, dividindo-se o Patrimônio Líquido pelo Passivo Circulante mais o Passivo Exigível a Longo Prazo. Isto é, o capital próprio da empresa dividido pelo capital de terceiros, representado pela formula abaixo:

$$\text{Índice de Garantia de Capital de Terceiros} = \text{Patrimônio líquido}/(\text{PC} + \text{PNC})$$

2.5.3.4 Participação de Capitais de Terceiros (PCT)

Este índice mostra o percentual de Capital de Terceiros em relação ao Patrimônio Líquido, retratando a dependência da empresa em relação aos recursos externos. A interpretação

deste índice, geralmente é no sentido de que quanto maior, pior (MARION, 2012). Este índice evidencia a proporção que existe entre os Capitais de Terceiros e os Capitais próprios. Indica quantos reais a empresa deve para terceiros, a curto e a longo prazo, para cada R\$1,00 de patrimônio líquido ou capital próprio (MARION, 2009). Um resultado superior a 1 significa maior grau de dependência financeira em relação ao capital de terceiros (FONSECA *et al.*, 2014). Para a empresa pode ocorrer que o endividamento lhe permita melhor ganho, porém, associado ao maior ganho estará um maior risco. O índice de Participação de Capitais de Terceiros relaciona, as duas grandes fontes de recursos da empresa, ou seja, Capitais Próprios e Capitais de Terceiros. É um indicador de risco ou de dependência a terceiros, por parte da empresa.

Do ponto de vista estritamente financeiro, quanto maior a relação Capitais de Terceiros/Patrimônio Líquido menor a liberdade de decisões financeiras da empresa ou maior a dependência aos terceiros. Do ponto de vista da obtenção de lucro, pode ser vantajoso para a empresa trabalhar com Capitais de Terceiros, se a remuneração paga a esses capitais for menor do que o lucro conseguido com a sua aplicação nos negócios. Portanto, sempre que se aborda o índice de Participação de Capitais de Terceiros, está-se fazendo análise exclusivamente do ponto de vista financeiro, ou seja, do risco de insolvência e não em relação ao lucro ou prejuízo. A falência, entretanto, nunca se deve exclusivamente ao endividamento. Há invariavelmente um quadro de má administração, desorganização, projetos fracassados – a isso tudo soma-se o excessivo endividamento. Tal índice é dado pela fórmula:

$$\text{Índice de Participação de Capital de Terceiros} = (\text{PC} + \text{PNC})/\text{PL}$$

2.7 Análise

Iudícibus (2013, p.92) afirmou: ‘A finalidade da análise é, mais do que retratar o que aconteceu no passado, fornecer algumas bases para inferir o que poderá acontecer no futuro’. O que pode ser complementado por Paraná (2011, p.10) “o objetivo das Demonstrações Contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica”. Segundo Assaf Neto (2010), o objetivo da análise visa relatar a posição econômico-financeira atual de determinada empresa, as causas que determinam a situação apresentada e as tendências futuras. Em outras palavras, pela análise de balanços, extraem-se informações sobre a posição passada, presente e futura (projetada) de

uma empresa.

2.7.1 Análise Horizontal

Identifica, ao longo de um determinado período, a evolução dos diversos elementos patrimoniais. Permite avaliar a evolução das vendas, custos e despesas; os investimentos realizados; a evolução das dívidas; etc. Compara o valor de determinada conta ou de determinado grupo de contas em relação aos anos anteriores. "Uma vez que os balanços e demonstrações de resultados estejam expressos em moeda de poder aquisitivo da mesma data, a análise horizontal assume certa significância e pode acusar imediatamente áreas de maior interesse para investigação". (IUDÍCIBUS, 2013, p.74)

A análise Horizontal para Matarazzo (2010), representa a evolução de cada conta das demonstrações financeiras e, pela comparação entre si, permite tirar conclusões sobre a evolução da empresa. Por ser elaborada tendo como base um período que é comparado com os outros, a análise horizontal tem como característica fundamental a evidenciação de quais foram as principais contas que sofreram alterações nas demonstrações financeiras em termos percentuais.

A finalidade da análise horizontal é apontar a variação de itens das demonstrações contábeis através de períodos, a fim de caracterizar tendências (OLIVEIRA *et al.*, 2010). Segundo Ching (2010), a análise horizontal permite examinar a evolução da variação das contas do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultados do Exercício de um período para o outro, tomando o período anterior como base. Essa técnica mostra a evolução de cada conta ou grupo de contas ao longo dos períodos.

A Análise horizontal para Blatt (2001, p.60), "tem por objetivo demonstrar o crescimento ou queda ocorrida em itens que constituem as demonstrações contábeis em períodos consecutivos." Esta análise horizontal compara percentuais ao longo de períodos, ao passo que a análise vertical os compara dentro de um período. A comparação é feita olhando-se horizontalmente ao longo dos anos nas demonstrações financeiras e nos indicadores. A análise horizontal tem como finalidade pôr em evidência da evolução que ocorreu nas diversas contas patrimoniais e de resultado em um determinado período.

De acordo com Assaf Neto (2010), a análise horizontal é a comparação que se faz entre os valores de uma mesma conta ou grupo de contas, em diferentes exercícios. É uma análise temporal do crescimento da empresa, que permite avaliar a evolução das vendas, custos, despesas, o aumento do investimento realizado nos diversos itens dos ativos e a evolução das

dívidas. Neste sentido, a análise horizontal permite enunciar informações sobre o desempenho da organização, tanto negativos ou positivos

2.7.2 Análise Vertical

Objetiva basicamente o estudo da tendência da empresa, complementando as informações horizontais. Permite conhecer a estrutura econômica e financeira da empresa, ou seja, a participação relativa a cada elemento patrimonial e de resultados, estabelecendo um item como base, e a partir daí verifica quanto cada um dos demais itens representa em relação àquele escolhido. De outra forma: "É a análise da estrutura da demonstração de resultados e do balanço patrimonial, buscando evidenciar as participações dos elementos patrimoniais e de resultados dentro do total". (PADOVEZE, 2014, p.118)

A análise vertical possui uma técnica bastante simples para cálculo. Este tipo de análise é importante para avaliar a estrutura de composição de itens e sua evolução no tempo (RIOS, 2010). Ching (2010), explica que a análise vertical do Balanço Patrimonial permite visualizar, do lado do passivo, a parcela de participação de cada fonte de recursos, enquanto na Demonstração de Resultados mostra as variações de um ano para o outro.

Conforme Assaf Neto (2010), a análise vertical tem como objetivo principal o estudo das tendências da empresa. Completando as informações horizontais, o estudo vertical das demonstrações contábeis permite conhecer a estrutura financeira e econômica da empresa. Para Padoveze (1996, p. 118), "a análise vertical é conhecida como análise de estrutura, que cataloga um item das Demonstrações Contábeis com o total do grupo que ele pertence, fazendo-se a comparação de qual é a participação de cada conta em relação ao total do grupo que faz parte". Segundo Matarazzo (2010, p. 176), o objetivo da análise vertical é "mostrar a importância de cada conta em relação a demonstração financeira a que pertence e, através da comparação com padrões do ramo ou com percentuais da própria empresa em anos anteriores, permitir inferir se há itens fora das proporções normais".

Assim, de acordo com Matarazzo (2010), percebe-se então que a análise vertical tem a finalidade de demonstrar a participação em porcentagem de cada conta dentro das demonstrações financeiras, sendo que os resultados podem ser comparados com os de anos anteriores e com outras empresas, desde que sejam do mesmo setor.

3 METODOLOGIA

O presente estudo aborda a temática da análise das demonstrações financeiras em uma Cooperativa de Crédito de livre admissão. Desta maneira, foi realizada uma análise econômico-financeira através de índices, de forma a identificar alterações na estrutura de capital, possíveis desequilíbrios nas contas e variações na composição dos balanços patrimoniais, com o objetivo de analisar sua importância para o desenvolvimento da instituição. Abaixo, serão elucidados os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento deste estudo.

Este trabalho pode ser caracterizado como uma pesquisa aplicada, pois visa gerar conhecimentos passíveis de serem colocados em prática para a resolução de problemas específicos; qualitativa com apoio quantitativo, onde o fundamento se baseia em dados quantificáveis, havendo o uso de recursos, e de técnicas, estatísticas, bem como na fundamentação na subjetividade do pesquisador que interpreta, discute e analisa os dados (MARCONI; LAKATOS, 2010) Para Roesch (1999), pesquisa quantitativa caracteriza-se em levantar a opinião política de uma população, tendo o propósito de medir relações entre variáveis e avaliar resultados.

Ademais, a pesquisa se apresenta descritiva, pois descreve as características de relações entre variáveis. A pesquisa descritiva tem como objetivo tecer as características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relação entre variáveis. Ainda segundo o autor, o estudo de caso é o estudo de determinadas situações onde se permite o conhecimento dos processos e relações sociais, possibilitando a flexibilidade dos resultados (TRIVIÑOS, 1987)

As análises das demonstrações também demonstram ser um estudo de caso. De acordo com Gil (2012), o estudo de caso é um método muito utilizado, baseado no profícuo estudo de um ou mais objetos, de maneira a dar um detalhado e amplo entendimento sobre sua significância. Geralmente estes estudos são apresentados nas condições de hipóteses e não de conclusões. Isso permite que o pesquisador possa investigar o problema proposto dentro da realidade da empresa.

A coleta de dados foi a busca de dados primários e secundários. Segundo Roesch (1999), dados primários são dados colhidos pelo próprio pesquisador e dados secundários são aqueles dados já existentes na forma de arquivos, relatórios e banco de dados. Os instrumentos utilizados para a coleta dos dados para a pesquisa foram os relatórios das demonstrações contábeis anuais publicados nos jornais da cidade, referente aos anos de 2015, 2016 e 2017. Sendo os mesmos disponibilizados no site da cooperativa objeto de estudo. Para realizar a

análise econômico-financeira dos anos mencionados em relação ao desenvolvimento financeiro, foram feitas uma análise vertical e horizontal, e foram calculados os índices dos principais indicadores.

A coleta de dados foi realizada no site da cooperativa, com base na obtenção dos balanços patrimoniais e do demonstrativo do resultado do exercício dos últimos três anos, de 2015, 2016 e 2017. Os dados foram obtidos por meio de uma fonte primária, o que elimina o risco dos dados terem sido manipulados por terceiros ou fontes secundárias. Os demais procedimentos apresentados foram baseados em pesquisa bibliográfica e artigos com dados pertinentes ao tema e problema.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Análise horizontal

Esta é uma modalidade de análise na qual se realiza uma comparação entre os valores de uma mesma conta ou grupo de contas, e diferentes exercícios, em uma escala temporal. Esta técnica permite que se analise a tendência passada e futura de cada valor contábil, correlacionar acontecimentos passados e fazer projeções futuras (ASSAF NETO, 2012).

Para melhor entendimento, as taxas obtidas pelas análises horizontais do balanço patrimonial foram representadas por II e I para análises de 2017/2016 e 2016/2015, nesta ordem. O resultado das análises do balanço patrimonial apresentados pela Tabela 1 demonstraram, sob um contexto geral, que os exercícios dos três anos tiveram resultados positivos. Vide o aumento de 18% e 10% do patrimônio líquido durante as análises de I e II respectivamente, nota-se que a empresa gerou lucro e aumentou seu patrimônio líquido, ainda que em I tenha sido apurado quase o dobro do que em II.

A composição da estrutura de capital sofreu algumas variações no decorrer do período, sendo as mais sensíveis em outros créditos no ativo circulante, não circulante como um todo, relações interfinanceiras e outras obrigações no passivo circulante, em relações interfinanceiras no passivo não circulante e, por fim, nas sobras acumuladas no patrimônio líquido.

O ativo circulante sofreu uma queda de 14%, passando de 124% em I para 110% em II. Dentro disto, a conta de relações interfinanceiras passou de 147% em I para 129% em II, à medida que outros créditos saltaram de 179% em I para 222% em II, alvitando uma geração de receita não proveniente da atividade ordinária da instituição. O ativo não circulante passou de 100% em I para 129% em II. Nessa ordem, tem-se o realizável a longo prazo variando de 96% para 127%, investimentos de 103% para 134%, imobilizado em uso de 131% para 118% e intangível de 47% para 4%. Estes resultados apontam um provável direcionamento de capitais em investimentos de retorno à longo prazo, bem como bens tangíveis. É importante salientar que as provisões para operações de crédito de liquidação duvidosa e outros créditos de liquidação duvidosa (vide anexos) apresentaram substanciais aumentos de 28% e 30% respectivamente, contribuindo negativamente para a composição do ativo circulante.

Uma perspectiva oposta ao ativo é denotada no passivo, no qual o passivo circulante passa de 105% em I para 129% em II, onde se destaca o considerável aumento das relações interfinanceiras que avançaram de 38% em I para 241% em II, assim como outras obrigações se retraem de 139% para 112% respectivamente. O passivo não circulante se alterou de 168%

em I para 70%, quadro representado principalmente pela conta de relações interfinanceiras. Por fim o patrimônio líquido manteve uma evolução positiva. Ainda que foi maior em I (18%), houve 10% do aumento do patrimônio líquido em II. Em I a conta das sobras acumuladas apresentou uma alta taxa de 279% em I e um declínio em II, atingindo apenas 32%.

A apuração das análises horizontais dos balanços patrimoniais, propõem uma mudança na estrutura de capital da instituição. Denota-se uma abertura na liquidez de curto prazo, devido ao aumento proporcional do passivo circulante em virtude do ativo circulante (ASSAF NETO, 2012). Percebe-se também, o aumento relativo do ativo não circulante e passivo circulante, com destaque aumento das relações interfinanceiras no passivo e sua diminuição no ativo.

Tabela 1: Análise horizontal do Balanço Patrimonial

	II		I		
	Ano 2017	AH 17/16	Ano 2016	AH16/15	Ano 2015
Ativo	86.934.736,91	116%	74.635.821,07	113%	66.012.512,38
Circulante	49.630.405,06	110%	45.195.654,53	124%	36.477.712,31
Disponibilidades	998.532,21	109%	913.945,90	90%	1.016.812,67
Relações interfinanceiras	25.297.776,68	129%	19.559.783,79	147%	13.298.400,25
Operações de crédito	22.036.950,94	91%	24.137.108,96	111%	21.835.259,37
Outros créditos	1.297.145,23	222%	584.815,88	179%	327.240,02
Não Circulante	37.304.331,85	127%	29.440.166,54	100%	29.534.800,07
Realizável a longo prazo	29.881.680,04	128%	23.334.608,10	96%	24.263.835,16
Investimentos	2.889.315,25	134%	2.150.051,35	103%	2.096.890,88
Imobilizado em uso	4.528.915,96	118%	3.844.907,54	131%	2.940.285,24
Intangível	4.420,60	4%	110.599,55	47%	233.788,79
Passivo	86.934.736,91	116%	74.635.821,07	113%	66.012.512,38
Circulante	62.649.213,52	129%	48.725.233,24	105%	46.563.344,91
Depósitos	54.191.954,06	125%	43.356.246,90	119%	36.543.173,60
Relações interfinanceiras	6.059.396,21	241%	2.509.362,39	38%	6.634.098,72
Relações interdependências	353.117,19	34%	1.032.607,49	50%	2.067.578,32
Outras obrigações	2.044.746,06	112%	1.827.016,46	139%	1.318.494,27
Não Circulante	7.331.442,13	70%	10.503.533,00	164%	6.413.276,71
Relações interfinanceiras	6.836.106,70	68%	10.029.130,52	168%	5.961.163,24
Outras obrigações	495.335,43	104%	474.402,48	105%	452.113,47
Patrimônio Líquido	16.954.081,26	110%	15.407.054,83	118%	13.035.890,76
Capital social	7.931.643,11	95%	8.342.607,74	97%	8.606.220,96
Reserva de lucros	8.676.910,31	145%	5.979.538,80	148%	4.041.418,70
Sobras acumuladas	345.527,84	32%	1.084.908,29	279%	388.251,10

Essa configuração possivelmente retrata uma sobreposição de financiamentos de curto prazo sobre investimentos de curto prazo. Isso não favorece a liquidez imediata, mas por outro lado pode indicar a utilização de recursos para investimentos em bens tangíveis, bem como custos operacionais.

Ademais, as duas quedas consecutivas apuradas no capital social, de 3% em I e 5% em II, tais quais os resultados das contas do ativo e passivo, hipoteticamente, sugerem uma evasão de capitais de terceiros, seja por retirada de recursos, seja por inadimplência. Concomitantemente a isso, protagonizara no período a crise político-financeira no Brasil, levando a instabilidade e desvalorização cambial da moeda, assim como a redução da taxa de juros Selic pelo Banco Central, partindo de média de aproximadamente 11,5 em 2015, chegando a 14 em 2016, e atingindo 6,9 em 2017 (BRASIL, 2018). Como cooperativas de crédito captam recursos e repassam à tomadores, seus resultados operacionais dependem fundamentalmente de juros (BRESSAN *et al.*, 2012), o que ratifica os resultados financeiros dos três anos aqui analisados. Por último, os maciços investimentos em infraestrutura e pessoal durante o período de 2017, possivelmente somaram um aumento nas despesas à curto prazo da instituição.

A Tabela 2 expõe os resultados obtidos pelas análises horizontais da DRE. Para melhor entendimento, as análises horizontais das Demonstrações do Resultados do Exercício entre os anos de 2017 e 2016 foram nomeadas IV, e a dos anos 2016/2015 III.

Tabela 2: Análise horizontal da DRE

	IV		III		
	Ano 2017	AH 17/16	Ano 2016	AH 16/15	Ano 2015
Receitas (ingressos) da intermediação financeira	11.680.813,52	101%	11.585.252,90	133%	8.721.896,37
Despesas (dispêndios) da intermediação financeira	-6.606.998,73	111%	-5.963.959,20	137%	-4.366.748,66
Resultado bruto intermediação financeira	5.073.814,79	90%	5.621.293,70	129%	4.355.147,71
Outras receitas/despesas (ingressos/dispêndios) operacionais	-3.100.240,45	146%	-2.123.465,28	103%	-2.071.309,46
Resultado operacional	1.973.574,34	56%	3.497.828,42	153%	2.283.838,25
Resultado não operacional	595.670,62	-641%	-110.108,75	13%	-842.809,70
Resultado antes do IRPJ/CSLL	2.569.244,96	76%	3.387.719,67	235%	1.441.028,55
IRPJ/CSLL	-108.016,31	82%	-132.262,57	125%	-105.988,30
Resultado após a tributação e antes das participações	2.461.228,65	76%	3.255.457,10	244%	1.335.040,25
Participação no lucro (sobra)	-157.709,76	111%	-141.826,55	709%	-20.006,45
Resultado após as participações nas sobras	2.303.518,89	74%	3.113.630,55	237%	1.315.033,80
FATES - Fundo de assistência técnica, educacional e social	-345.527,83	72%	-478.853,26	129%	-372.138,14
Resultado após o FATES	1.957.991,06	74%	2.634.777,29	279%	942.895,66
LUCRO/PREJUÍZO (SOBRA/PERDA) LÍQUIDO	345.527,84	32%	1.084.908,29	279%	388.251,23

As receitas em III registraram 133% e 101% em IV, indicando uma redução de 22% neste quociente, e conseqüente declínio na entrada relativa de recursos em 2017. Margem de variação semelhante ocorreu com os depósitos e o resultado bruto das intermediações financeiras. E contrapartida, outras receitas operacionais mostrou uma evolução relativa negativa passando 103% em III para 146% em IV. O resultado operacional demonstrou uma enfática queda relativa. Este cociente revelou um aumento de 53% em III, atingindo um declínio de 44% em IV. O resultado não operacional apresentou uma exponencial evolução positiva relativa no decorrer dos três anos, apresentando 13% em III, passando para -641% em IV. Ou seja, partiu de um resultado financeiro negativo para um resultado positivo. Os resultados antes e após as tributações/participações, tiveram variações semelhantes, partindo de e valores próximos de 235% em III para 75% em IV. O resultado após FATES também se aproxima dos anteriores, sendo que o primeiro apresentou quociente de 279% em III, e 74% em IV. Importante notar nestes parâmetros que as participações tiveram uma considerável involução relativa, partindo de 709% em III para 111% em IV, apesar de que ambos são bons resultados, em III o resultado foi exponencialmente mais elevado positivamente. Mas impreterivelmente, os associados obtiveram, assim como a instituição, um melhor retorno, tanto relativo quanto geral, sobre as sobras do exercício. Por fim, os valores de 279% em III e 32% em IV, para resultado líquido indicam que o exercício da atividade, no geral, gerou uma sobra líquida nos três anos. Ou seja, tanto relativa, quanto integralmente, a instituição gerou lucro e, dentro destes aspectos, o ano de 2016 obteve a melhor margem.

4.2 Análise vertical

A análise vertical, visa apurar a participação relativa de cada item contábil no ativo, passivo ou na demonstração de resultados, visando identificar suas variações dentro da composição dos demonstrativos. (ASSAF NETO, 2012). Os resultados apresentados na Tabela 3 demonstram estas análises, feitas a partir do Balanço Patrimonial, e suas variações para os respectivos valores entre o período de 2015, 2016 e 2017.

Em um panorama geral, a composição do ativo não mostrou uma grande variação em suas representações. O ativo circulante representou 55%, 61% e 57% do ativo total, enquanto o não circulante oscilou entre 45%, 39% e 43%, nos anos de 2015, 2016 e 2017, respectivamente. Uma variação máxima de 6% durante o período estudado. Assim como os ativos, suas subcontas não demonstraram alterações significativas em suas participações nos ativos.

Entre o ativo circulante, as variações mais sensíveis são quanto às relações interfinanceiras e operações de crédito. A primeira saltou de 20% em 2015 para 29% em 2017, a segunda se retraiu de 33% para 25%. Os índices registrados representam uma maior participação do ativo circulante sobre o não circulante em 2016, o que possivelmente conferiria um rendimento melhor do que nos anos adjacentes. Junto a isto, observa-se que as mudanças dentro do ativo circulante configuram um quadro, no qual o declive na representatividade das operações de crédito é equilibrado pelas relações interfinanceiras. Em outras palavras, é provável que tenha havido uma participação maior de recursos provenientes de outras instituições do que de terceiros (BRASIL, 2018).

A composição do passivo se demonstrou mais variável no decorrer dos anos. Embora o patrimônio líquido se manteve em torno de 20%, o passivo circulante passou de 70% em 2015 para 65% em 2016, e 72% em 2017, ao passo que o passivo não circulante partiu de 10%, passando por 14% e, por fim, 8% respectivamente. No passivo circulante houve um aumento gradual na participação dos depósitos entre os anos, assim como uma sutil diminuição das relações interdependências. As variações no passivo não circulante demonstram que, no ano de 2016, suas obrigações com terceiros tiveram uma representatividade maior em compromissos à longo prazo, o que levaria a contribuir positivamente para o melhor desempenho econômico financeiro deste, dentre os três anos. No patrimônio líquido, os índices demonstraram constante participação de 1%, com gradual diminuição da participação do capital social e incremento da reserva de lucros. A análise do patrimônio líquido, que manteve crescimento constante, sugeriu a menor expressividade do capital social, ao passo que houve um aumento da participação da reserva de lucros. Em outras palavras, é possível que eventualmente tenha havido um, pequeno, mas, crescente número de encerramento de contas de associados, e/ou, evasão de capitais, de o que pode, também, ser devido à instabilidade econômico-financeira que figurara na união como um todo.

Na DRE, as principais mudanças foram relacionadas às despesas da intermediação financeira, outras despesas operacionais resultado operacional e não operacional, resultado após a tributação/participações, resultado após FATES e resultado líquido (Tabela 4). Houve um aumento das despesas de 50%, 51% e 57% nos anos de 2015, 2016 e 2017 respectivamente, refletindo nos resultados brutos de 50%, 49% e 43%, *idem*. Houve uma maior despesa operacional de origem não especificada no ano de 2017 (27%) do que os demais anos, sendo que em 2016 essa porcentagem foi a menor entre os três anos (18%). Em consequente, o resultado operacional de 2016 foi o mais elevado (30%), seguido por 2015 (26%) e 2017 (17%). O resultado não operacional demonstrou acentuada modificação positiva no decorrer dos anos,

passando de -10% em 2015 para 5% em 2017. O que pode propõe que a instituição tem engendrado, com êxito, receitas provenientes de outras atividades alternativas ao exercício de seu exercício ordinário, e/ou, a adoção de um efetivo plano de contenção de gastos não operacionais, ou até mesmo rendimentos provenientes de relações interfinanceiras.

Tabela 3: Análise vertical do balanço patrimonial

	Ano 2017	AV	Ano 2016	AV	Ano 2015	AV
Ativo	86.934.736,91	100%	74.635.821,07	100%	66.012.512,38	100%
Circulante	49.630.405,06	57%	45.195.654,53	61%	36.477.712,31	55%
Disponibilidades	998.532,21	1%	913.945,90	1%	1.016.812,67	2%
Relações interfinanceiras	25.297.776,68	29%	19.559.783,79	26%	13.298.400,25	20%
Operações de crédito	22.036.950,94	25%	24.137.108,96	32%	21.835.259,37	33%
Outros créditos	1.297.145,23	2%	584.815,88	2%	327.240,02	0%
Não Circulante	37.304.331,85	43%	29.440.166,54	39%	29.534.800,07	45%
Realizável a longo prazo	29.881.680,04	34%	23.334.608,10	31%	24.263.835,16	37%
Investimentos	2.889.315,25	3%	2.150.051,35	3%	2.096.890,88	3%
Imobilizado em uso	4.528.915,96	5%	3.844.907,54	5%	2.940.285,24	4%
Intangível	4.420,60	0%	110.599,55	0%	233.788,79	0%
Passivo	86.934.736,91	100%	74.635.821,07	100%	66.012.512,38	100%
Circulante	62.649.213,52	72%	48.725.233,24	65%	46.563.344,91	70%
Depósitos	54.191.954,06	62%	43.356.246,90	58%	36.543.173,60	55%
Relações interfinanceiras	6.059.396,21	7%	2.509.362,39	3%	6.634.098,72	10%
Relações interdependências	353.117,19	0%	1.032.607,49	1%	2.067.578,32	3%
Outras obrigações	2.044.746,06	3%	1.827.016,46	3%	1.318.494,27	2%
Não Circulante	7.331.442,13	8%	10.503.533,00	14%	6.413.276,71	10%
Relações interfinanceiras	6.836.106,70	7%	10.029.130,52	13%	5.961.163,24	9%
Outras obrigações	495.335,43	1%	474.402,48	1%	452.113,47	1%
Patrimônio Líquido	16.954.081,26	20%	15.407.054,83	21%	13.035.890,76	20%
Capital social	7.931.643,11	9%	8.342.607,74	11%	8.606.220,96	13%
Reserva de lucros	8.676.910,31	10%	5.979.538,80	8%	4.041.418,70	6%
Sobras acumuladas	345.527,84	1%	1.084.908,29	2%	388.251,10	1%

Os demais resultados acompanham a tendência observada nas análises verticais previamente realizadas, excepcionalmente o resultado líquido de 2016, que correspondeu a mais que o dobro de 2015 e o triplo de 2017. Tais resultados, de maneira geral, denotam um constante aumento no patrimônio líquido, sendo que houve um desempenho econômico-financeiro superior no exercício do ano de 2016 entre os três anos aqui comparados.

Tabela 4: Análise vertical da DRE

	Ano 2017	AV	Ano 2016	AV	Ano 2015	AV
Receitas (ingressos) da intermediação financeira	11.680.813,52	100%	11.585.252,90	100%	8.721.896,37	100%
Despesas (dispêndios) da intermediação financeira	-6.606.998,73	-57%	-5.963.959,20	-51%	-4.366.748,66	-50%
Resultado bruto intermediação financeira	5.073.814,79	43%	5.621.293,70	49%	4.355.147,71	50%
Outras receitas/despesas (ingressos/dispêndios) operacionais	-3.100.240,45	-27%	-2.123.465,28	-18%	-2.071.309,46	-24%
Resultado operacional	1.973.574,34	17%	3.497.828,42	30%	2.283.838,25	26%
Resultado não operacional	595.670,62	5%	-110.108,75	-1%	-842.809,70	-10%
Resultado antes do IRPJ/CSLL	2.569.244,96	22%	3.387.719,67	29%	1.441.028,55	17%
IRPJ/CSLL	-108.016,31	-1%	-132.262,57	-1%	-105.988,30	-1%
Resultado após a tributação/participações	2.461.228,65	21%	3.255.457,10	28%	1.335.040,25	15%
Participação no lucro (sobra)	-157.709,76	-1%	-141.826,55	-1%	-20.006,45	0%
Resultado após as participações nas sobras	2.303.518,89	20%	3.113.630,55	27%	1.315.033,80	15%
FATES - Fundo de assistência técnica, educacional e social	-345.527,83	-3%	-478.853,26	-4%	-372.138,14	-4%
Resultado após o FATES	1.957.991,06	17%	2.634.777,29	23%	942.895,66	11%
LUCRO/PREJUÍZO (SOBRA/PERDA) LÍQUIDO	345.527,84	3%	1.084.908,29	9%	388251,23	4%

4.3 Análise dos índices de liquidez

Conforme Tabela 5, o Índice de Liquidez Imediata apresentou nos três anos um índice abaixo de 1,00, isso significa em tese que a cooperativa não apresentava capacidade de liquidar as suas dívidas de imediato, a curto prazo. De acordo com Assaf Neto (2012) a liquidez imediata inferior a 1,00 representa um resultado negativo. Os índices de liquidez imediata da instituição foram 0,4, 0,4 e 0,3, nos anos de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. Deve-se levar em consideração que a liquidez dos bancos em geral segue o padrão de 0,3, conforme o proposto pelo Banco Central do Brasil.

Tabela 5: Índices de liquidez

ÍNDICES DE LIQUIDEZ	2017	2016	2015
LIQUIDEZ CORRENTE = .AC/PC	0,8	0,9	0,8
LIQUIDEZ IMEDIATA = DISPONÍVEL/PC	0,4	0,4	0,3
LIQUIDEZ GERAL = (AC+ ANC)/(PC + PNC)	1,1	1,2	1,1
LIQUIDEZ SECA = (AC - ESTOQUE)/PC	0,8	0,9	0,8

O Índice de Liquidez Corrente apresentou um ótimo desempenho da cooperativa em 2016 com um índice de 0,9, com uma queda no ano de 2015 para o índice 0,8 em 2017 permanecendo nos 0,8. De acordo com Assaf e Neto (2012) este índice tem por finalidade demonstrar quanto à cooperativa possui de ativo circulante, conforme o último ano, possuía 0,8 para cada R\$ 1,00 de dívidas de curto prazo, que estão registradas no passivo circulante.

O Índice de Liquidez Seca demonstrou os mesmos índices que a Liquidez Corrente, isso devido a cooperativa de crédito ser uma instituição financeira, e a mesma não possui estoques. Este índice tem como finalidade a de quanto a empresa possui de ativo circulante menos os estoques para cada R\$ 1,00 de dívidas classificadas como de curto prazo.

O Índice de Liquidez Geral, apresentou que a cooperativa possui uma liquidez positiva, acima de 1,00. Ou seja, a empresa possuiu menos dívidas totais que seus ativos circulantes e realizável a longo prazo. Segundo Ribeiro (2017) este índice tem por finalidade medir quanto à empresa possui de ativos circulantes e ativos não circulantes, para cada R\$ 1,00 de dívida total. Esse índice se manteve estável durante o período

Portanto, percebe-se que na comparação dos três anos, os índices de Liquidez da cooperativa de crédito mantiveram-se positivos. Embora o ano de 2016 apresentou melhor resultado, os demais foram igualmente satisfatórios.

4.4 Análise dos índices de rentabilidade

Quanto a análise dos índices de Rentabilidade, a Cooperativa um desempenho significativo dos índices de forma positiva, conforme Tabela 6. O índice de Rentabilidade da margem líquida demonstra quanto que a empresa conseguiu gerar de resultado para cada R\$ 1,00 de vendas líquidas realizadas. Observa-se que em 2016 foi o ano de maior desempenho, com o índice de 27%, em 2015 o índice era de 15% e em 2017 foi para 20%. Isto quer dizer que no último ano conseguiu transformar em lucro R\$ 20,00 de cada R\$ 100,00 de vendas líquidas efetuadas.

Tabela 6: Índices de rentabilidade

ÍNDICES DE RENTABILIDADE	2017	2016	2015
RENTABILIDADE SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO = LL/PL	14%	20%	10%
RENTABILIDADE OPERACIONAL DO ATIVO = LO/AT	2%	5%	3%
RENTABILIDADE DO ATIVO = LL/AT	3%	4%	2%
MARGEM LÍQUIDA = LL/VL	20%	27%	15%

O índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido, demonstra qual é o retorno sobre o capital investido na empresa, ou seja, quanto à empresa conseguiu gerar de resultado, positivo ou negativo, para cada R\$ 100,00 investido conforme Matarazzo (2010). No ano de 2015 a cooperativa apresentou um índice de 10%, tendo um aumento muito grande em 2016 com o

índice de 20%, tendo uma queda em 2017 indo para 14% o que significa que apesar da queda a cooperativa se manteve positiva pois apresentou índices bem acima de 1,00.

O Índice de Rentabilidade Retorno do Ativo apresentou um grande desempenho em 2016 com o índice de 4%, em 2015 o índice foi 2% caindo em 2017 para 3%, essa queda pode ser devido a cooperativa ter aumentado seu passivo, percebe-se que a cooperativa não gerou muita receita utilizando seus ativos no ano de 2017

O Índice Rentabilidade Operacional do Ativo também apresenta maior desempenho no ano de 2016 com o índice de 5%, e em 2015 apresentou 3%, com uma queda em 2017 para 2%.

4.5 Análises dos índices de estrutura de capital e endividamento

O Índice de Participação de Capital de terceiros apresentou no ano de 2017 e 2015 o índice mais elevado, havendo uma queda em 2016 para 3,8 (Tabela 7). Isso pode ter sido devido ao aumento de captação de recursos, este índice está relacionado com o capital de terceiros em relação ao Patrimônio Líquido. Um resultado superior a 1 significa maior grau de dependência financeira em relação ao capital de terceiros (FONSECA et al., 2014). Para

Tabela 7: Índices de estrutura de capital e endividamento

ÍNDICE DE ESTRUTURA DE CAPITAL E ENVIDAMENTO	2017	2016	2015
PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS = (PC + PNC)/PL	4,1	3,8	4,1
COMPOSIÇÃO DO ENVIDAMENTO = PC/(PC + PNC)	0,9	0,8	0,9
ENVIDAMENTO GERAL = (PC + PNC)/AT	0,8	0,8	0,8
ÍNDICE DE GARANTIA DE CAPITAL DE TERCEIROS = PL/(PC + PNC)	0,2	0,3	0,2

a empresa pode ocorrer que o endividamento lhe permita melhor ganho, porém, associado ao maior ganho estará um maior risco. Portanto o ano de 2016, em relação aos índices, também foi o que obteve uma menor dependência com terceiros.

O Índice de Composição do Endividamento apresentou também o índice mais elevado nos anos de 2017 e 2015, com o índice de 0,9, com uma queda em 2016 para 0,8. Para Assaf Neto (2010), a composição do endividamento, tem por finalidade verificar qual é a porcentagem do curto prazo em relação ao total das obrigações da empresa.

O Índice Grau de Endividamento apresentou estabilidade na casa de 0,8 durante o período. Este índice mostra a proporção de Ativos financiados pelos credores. Quanto mais elevado, maior o montante de capital de terceiros usado para gerar lucros (GITMAN, 2010). Portanto, pode-se observar que os índices se mantiveram abaixo de 1,00, isso significa que o

endividamento geral da cooperativa com relação aos ativos está em uma situação positiva.

Os anos de 2017 e 2015 apresentaram garantia de capital de terceiros, sendo 0,2, havendo com um aumento para 0,3 em 2016. Segundo Marion (2009), o índice de garantia de capital de terceiros compara o Patrimônio líquido em relação ao capital de terceiros. O ideal é que este índice seja maior que 1, pois indica que a instituição tem condição de garantir com seu próprio capital o capital de terceiros. Ainda que seja mantida uma média nos três anos, os índices apuram uma capacidade relativamente baixa de garantia ao capital de terceiros. Por outro lado, as instituições financeiras naturalmente trabalham com um alto risco, o que pode justificar esse índice, bem como, a grande participação de capital de terceiros.

Embora os índices indiquem considerável participação do investimento de capital de terceiros nos três anos, o endividamento mantém entre 82 e 90% de sua composição fixada no passivo circulante, ou seja, a maioria dos exigíveis são solvidos à curto prazo, o que é corroborado principalmente pela taxa de liquidez corrente fixada entre 78 e 93% nos três anos. E, por fim, a liquidez geral apresentou um excedente positivo superior à 10% em todos os anos. De forma geral a cooperativa apresentou um resultado positivo, uma vez que o intuito das instituições financeiras é captar recursos de entes poupadores e repassar a entes tomadores (PINHEIRO, 2008). Sob este ponto de vista, a instituição apresentou um desempenho evolutivo constante. Baseando-se nos resultados positivos, a instituição demonstrou desenvolvimento econômico-financeiro.

Os indicadores se apresentaram discretamente positivos nos três anos, ainda que em 2016 foram relativamente mais expressivos. Não obstante, Gouvêia; Alves (2015), apuraram resultados superiores dos mesmos indicadores para a mesma instituição, nos anos de 2013 e 2014. Tal fato pode ser, em parte, justificado pelas crises política e econômica, instaladas (e agravadas) durante o período, o que levou ao aumento da inadimplência e evasão de investimentos sobre produtos e serviços ofertados pela instituição (PAULA, PIRES, 2017), bem como a instalação da nova sede (2014-2015), sua reforma (2017) e a inauguração de sua primeira filial (2017). Observa-se que nos anos de 2015 e 2017 foram os anos com indicadores menos favoráveis e, também, onde percebe-se que a instituição mais investiu em infraestrutura. Sendo assim, a variação dos indicadores e seus resultados relativamente aquém do esperado, não representam um regresso no desempenho econômico-financeiro, pelo contrário, o patrimônio líquido teve evolução constante, como será demonstrado nas análises seguintes.

5 CONCLUSÃO

Em um contexto geral, a análise das demonstrações contábeis da instituição apresentou desempenho econômico-financeiro satisfatório. As análises horizontais dos balanços e DRE, apontaram para um bom desempenho da instituição durante os três anos, mantendo o desenvolvimento do patrimônio líquido em uma margem estável. A evolução inversa dos circulantes e não circulantes do ativo e passivo, sugeriram que a instituição alterou um pouco a estrutura de capitais, diminuindo suas participações no ativo circulante e passivo não circulante, havendo um aumento no ativo não circulante e passivo circulante. Além do mais, no ativo circulante, pode-se notar o aumento do investimento em relações interfinanceiras e uma grande elevação na conta outros créditos. O que propõe a geração de receitas, por meios não diretamente relacionados pela atividade central da cooperativa. Enquanto no ativo não circulante aumentaram-se os realizáveis a longo prazo e investimentos, havendo diminuição do intangível. Como um todo, percebeu-se um direcionamento de investimentos que sugere o investimento em bens tangíveis e infraestrutura.

Já na DRE, os resultados comprovaram um desempenho superior do exercício de 2016, sobre os demais, vide o resultado líquido. É importante notar que no período houveram diminuições nas receitas no de 2017, queda do resultado nas operações de financeiras e aumento constante de despesas. Os resultados operacionais foram os menores no período analisado, ao passo que os resultados não operacionais foram os maiores. Esse quadro sugere que houve uma diminuição dos lucros advindos das operações da instituição entre os anos de 2016 e 2017. Por outro lado, houve uma grande participação de lucros não operacionais, sugerindo, uma fonte de receitas não ordinárias.

Os resultados das análises verticais corroboram o previsto nas análises horizontais. Num contexto geral as participações das contas na composição do balanço patrimonial e DRE não se alteraram muito durante os anos. Notou-se uma queda nas receitas e na participação do capital social no passivo. Ao passo que o aumento nas provisões se tornou bem evidente no período. Esses resultados apurados, demonstram que, possivelmente, houve uma evasão de capital de associados, por meio de retirada de recursos ou desligamento da empresa. Junto à isso, o aumento de provisões para liquidações duvidosas teve relativa alta durante os três anos, favorecendo o quadro negativo.

As demonstrações dos índices de liquidez imediata apontam para uma tendência estável, indicando um bom retorno à curto prazo do ativo, ou seja, uma boa capacidade, de quitar suas pendências imediatamente. Entretanto, em todos os três anos, este índice se demonstra dentro

do aceitável para instituições financeiras. Os demais índices de liquidez representam que a cooperativa, satisfatoriamente, consegue liquidar seus compromissos de maneira geral, fato tal corroborado pelo bom índice de liquidez geral. Dentre os três anos, o de 2016, mostrou a melhor situação de liquidez da instituição.

Os índices de rentabilidade retratam claramente o desempenho superior exercido em 2016 frente aos anos adjacentes, sendo ano onde os índices apresentaram os melhores resultados. Nestas análises, o ano de 2015 demonstrou os menores índices, ou seja, foi o ano menos lucrativo entre os três.

Os índices de estrutura de capital e endividamento mostraram, num panorama geral, uma relativa dependência de capitais de terceiros nas atividades do banco. Sendo que em 2017 esta participação foi a mais elevada. Estes indicadores demonstram que a instituição trabalha com uma margem de risco elevada, e conseqüentemente, consegue gerar um bom rendimento frente a isso. Concomitantemente a isso, a composição do endividamento evidencia este mecanismo de trabalho no qual o passivo circulante tem uma grande participação.

Hipoteticamente, as cooperativas (e instituições financeiras em geral) geram seu lucro a partir de juro, cujo tem suas taxas regulamentadas pela Selic. Esta última registrou uma alta em 2016 e grande baixa em 2017, diminuindo a captação de recursos neste último. Em um segundo plano, instalação de uma crise financeira em nível nacional, levou a moeda à um depreciação cambial e instabilidade financeira, o que pode justificar a evasão de recursos e arrocho na liquidez particular de terceiros, elevando a inadimplência.

A estrutura de capital sugeriu uma ratificação com os investimentos em infraestrutura feitos pela instituição nos anos de 2015 e, principalmente em 2017. Em 2014/2015, o investimento em um sede própria, pessoal e infraestrutura. Passando novamente por uma repaginação no *layout* interno e externo em 2017, bem como aquisição e inauguração de sua PA, no mesmo período. As alterações na estrutura de capital e patrimônio, podem ter sido influenciadas pela dinâmica do mercado financeiro e investimentos realizados, o que não alterou a capacidade de produzir lucro da instituição. Em outras palavras, a instituição está consolidada, desempenha seu papel social e financeiro, e gera lucro, fazendo jus à sua missão, beneficiando associados e administradores.

Por fim, análise das demonstrações financeiras, se demonstraram ser importantes e eficazes ferramentas para que se mensure a saúde da instituição permitindo que se avalie potencialidade e eventuais falhas na gestão de recursos financeiros em uma cooperativa de crédito.

6 REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços**. São Paulo: Atlas 2012.

BLATT, A.; **Análise de balanços: estruturação e avaliação das demonstrações financeiras e contábeis**. São Paulo: Makron Books, 2001.

BRAGA, H. R. **Demonstrações Contábeis. Estrutura, análise e interpretação**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

BRASIL. **Lei nº 6.404/76 - das sociedades por ações**. 2013 Disponível em: http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Quadros_Comparativos-6404_11638_MP-449.pdf. Acesso dia 27 de maio de 2018.

BRASIL. **Plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional (COSIF)**. Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/aplica/cosif/completo>. Acesso dia 27/05/2018.

BRESSAN, V. G. F.; BRAGA M.J.; BRESSAN, A. A. **Análise da dominação de membros tomadores ou poupadores de recursos nas cooperativas de crédito mineiras**. Economia Aplicada, v. 16, n. 2, 2012, pp. 339-359.

BULGARIM, M. C.C.; JINZENJI, N. M. (eds.) **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade/ Conselho Federal de Contabilidade**. – 3. ed. -- Brasília: CFC, 2008.

CHING, Y. H. **Contabilidade e finanças para não especialistas**. 3 ed. São Paulo. 2010.

FONSECA, R. A.; SILVA, A. P. A.; ASSIS, I. T.; NAZARETH, L. G. C.; FERREIRA, R. N. **Participação de capitais de terceiros nas empresas: a comparação entre empresas do setor siderúrgico**. XI Simpósio de excelência em gestão e tecnologia. 2014. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/32720451.pdf>. Acesso dia 23/01/2018.

FRANCO, H. **Estrutura, análise e interpretação de balanços**. São Paulo: Atlas, 15 ed. 1989.

GIL, A. C.; **Como elaborar projetos de pesquisa, 5ª edição**. Atlas, 2012. VitalBook file.

GITMAN, L. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

IUDÍCIBUS, S. **Contabilidade gerencial**. 6. ed. São Paulo: atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, S. **Análise de balanços**. 10ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2013, V1, 254p.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. M A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010

MARION, C. L. **Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATARAZZO, D. C.; **Análise Financeira de Balanços: abordagem gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, A. A.; MARIA, S., ZUCCARI, D. P.; RIOS, R. P. **A Análise das Demonstrações Contábeis e sua Importância para Evidenciar a Situação Econômica e Financeira das Organizações**. Revista Eletrônica Gestão e Negócios. v.1, n. 1, p. 1–13. 2010.

PADOVEZE, C. L.; **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil** São Paulo: Atlas, 1996.

PADOVEZE, C. L.; **Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária**. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PARANÁ (Estado). **Demonstrações contábeis: aspectos práticos, elaboração e apresentação conceitual de acordo com o IFRS**. Manual. CRC/PR. 2011.

PAULA, L. F.; PIRES, M. **Crise e perspectivas para a economia brasileira**. Estudos avançados. Vol.31. No. 89. São Paulo. Jan-Abr.2017.

PEREZ JR, J. H.; BEGALLI, G. A. **Elaboração das Demonstrações Contábeis**. 2ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PINHEIRO, M. A. H. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. Banco central do Brasil. 6. Ed. Brasília:BCB, 2008.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade intermediária** – 5. Ed. Editora Saraiva. Rio de Janeiro. 2017

RIOS, R. P.; OLIVEIRA, A. A.; SILVA, A. R.; ZUCCARI, S. M. P. **Análise das demonstrações contábeis e sua importância para evidenciar a situação econômica e financeira das organizações**. Revista eletrônica gestão e negócios, vol. 1, n.1. p.1-13. 2010.

ROESCH, S. M. A.; **Projetos de estágio e de pesquisa em Administração: guia para estágios, trabalho de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999

SEBASTIÃO, J. **Análise das demonstrações financeiras como fator Determinante na tomada de decisão: Estudo de caso de entidades angolanas**. Dissertação de Mestrado. Setúbal, 2014. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.26/7336>. Acesso dia 27/05/2018.

SILVA, E. C. **Contabilidade empresarial para gestão de negócios: guia de orientação fácil e objetivo para apoio e consulta de executivos**. São Paulo: Atlas, 2008

SILVA, A. A.; **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**. 2 Ed. São Paulo: Atlas, 2010

TEIXEIRA, E. C. B.; MELO, A. M. **Índices-padrão de indicadores econômico-financeiros das empresas de capital aberto do seguimento de construção civil integrantes do novo mercado**. In: Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade, 4, 2011, Florianópolis. Anais... Disponível em:. Acesso em: 27 maio. 2018.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, S. C.; **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 15ª edição. – São Paulo: Atlas, 2014.

WERNKE, R. **Gestão Financeira: Ênfase em Aplicações e Casos Nacionais**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2008.

ZDANOWICZ, J. E. **Gestão financeira para cooperativas de produção, consumo, crédito e demais sociedades**. Porto Alegre: Evangraf,2010.

7 ANEXOS

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE LUZ LTDA.
SICOOB CREDILUZ
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos reais – R\$)

ATIVO		31/12/2016	31/12/2015
Circulante	Nota	45.195.654,53	36.477.712,31
Disponibilidades		913.945,90	1.016.812,67
Relações Interfinanceiras	5	19.559.783,79	13.298.400,25
Centralização Financeira - Cooperativas		19.559.783,79	13.298.400,25
Operações de Crédito	6	24.137.108,96	21.835.259,37
Operações de Crédito		26.813.111,77	24.201.104,09
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(2.676.002,81)	(2.365.844,72)
Outros Créditos	7	442.895,09	306.873,06
Créditos por Avais e Fianças Honrados		55.249,03	73.494,95
Rendas a Receber		206.664,41	170.835,46
Diversos		219.206,19	104.537,92
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(38.224,54)	(41.995,27)
Outros Valores e Bens	8	141.920,79	20.366,96
Outros Valores e Bens		911.000,00	800.000,00
(Provisões para Desvalorizações)		(800.000,00)	(800.000,00)
Despesas Antecipadas		30.920,79	20.366,96
Realizável a Longo Prazo		23.334.608,10	24.263.835,16
Operações de Crédito	6	22.880.065,09	23.827.049,07
Operações de Crédito		22.880.065,09	23.827.049,07
Outros Créditos	7	454.543,01	436.786,09
Diversos		454.543,01	436.786,09
Permanente		6.105.558,44	5.270.964,91
Investimentos	9	2.150.051,35	2.096.890,88
Participações em Cooperativas		2.120.520,39	2.067.359,92
Outros Investimentos		29.530,96	29.530,96
Imobilizado em Uso	10	3.844.907,54	2.855.372,90
Imóveis de Uso		3.107.495,85	2.175.411,05
Outras Imobilizações de Uso		1.623.391,01	1.305.451,15
(Depreciações Acumuladas)		(885.979,32)	(625.489,30)
Intangível	11	110.599,55	233.788,79
Ativos Intangíveis		623.337,52	623.337,52
(Amortização Acumulada)		(512.737,97)	(389.548,73)
Diferido		-	84.912,34
Gastos de Organização e Expansão		-	118.578,11
(Amortização Acumulada)		-	(33.665,77)
TOTAL DO ATIVO		74.635.821,07	66.012.512,38

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE LUZ LTDA.
SICOOB CREDILUZ
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos reais – R\$)

P A S S I V O		31/12/2016	31/12/2015
Circulante	Nota	48.725.233,24	46.563.344,91
<u>Depósitos</u>	12	43.356.246,90	36.543.173,60
Depósitos à Vista		9.603.527,22	7.951.414,94
Depósitos a Prazo		33.752.719,68	28.591.758,66
<u>Relações Interfinanceiras</u>	13	2.509.362,39	6.634.098,72
Repasses Interfinanceiros		2.509.032,39	6.633.771,72
Correspondentes		330,00	327,00
<u>Relações Interdependências</u>	14	1.032.607,49	2.067.578,32
Recursos em Trânsito de Terceiros		1.032.607,49	2.067.578,32
<u>Outras Obrigações</u>	15	1.827.016,46	1.318.494,27
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		7.314,57	7.687,33
Sociais e Estatutárias		938.213,96	691.998,05
Fiscais e Previdenciárias		181.811,72	164.716,60
Diversas		699.676,21	454.092,29
Exigível a Longo Prazo		10.503.533,00	6.413.276,71
<u>Relações Interfinanceiras</u>	13	10.029.130,52	5.961.163,24
Repasses Interfinanceiros		10.029.130,52	5.961.163,24
<u>Outras Obrigações</u>	15	474.402,48	452.113,47
Diversas		474.402,48	452.113,47
Patrimônio Líquido	17	15.407.054,83	13.035.890,76
<u>Capital Social</u>		8.342.607,74	8.606.220,96
De Domiciliados no País		8.557.703,72	8.861.456,21
(Capital a Realizar)		(215.095,98)	(255.235,25)
<u>Reserva de Lucros</u>		5.979.538,80	4.041.418,70
<u>Sobras Acumuladas</u>		1.084.908,29	388.251,10
TOTAL		74.635.821,07	66.012.512,38

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE LUZ LTDA.
SICOOB CREDILUZ**

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos reais – R\$)**

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira		11.585.252,90	8.721.896,37
Operações de Crédito		11.585.252,90	8.721.896,37
Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira		(5.963.959,20)	(4.366.748,66)
Operações de Captação no Mercado		(4.044.719,61)	(3.325.899,37)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(866.776,28)	(758.535,47)
Provisão para Operações de Créditos		(1.052.463,31)	(282.313,82)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		5.621.293,70	4.355.147,71
Outras Receitas / Despesas (Ingressos / Dispêndios) Operacionais		(2.123.463,96)	(2.071.309,46)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		982.935,73	753.686,15
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias		921.370,20	826.889,97
Despesas (Dispêndios) de Pessoal		(3.269.864,20)	(2.778.731,44)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas		(2.680.737,28)	(2.143.050,92)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(119.090,00)	(105.397,10)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		1.953.368,95	1.732.011,10
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	19	709.625,53	509.070,18
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	20	(621.072,89)	(865.787,40)
Resultado Operacional		3.497.829,74	2.283.838,25
Resultado Não Operacional	21	(110.108,75)	(842.809,70)
Resultado Antes da Tributação/Participações		3.387.720,99	1.441.028,55
Imposto de Renda sobre Atos Não Cooperativos		(69.377,17)	(55.625,47)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperativos		(62.885,40)	(50.362,83)
Participação no Lucro (Sobra)		(141.826,55)	(20.006,45)
Sobras / Perdas antes das Destinações		3.113.631,87	1.315.033,80
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	17.d	(2.028.722,26)	(926.782,57)
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social		(478.853,26)	(372.138,14)
Reserva Legal		(1.549.869,00)	(554.644,43)
LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA) LÍQUIDO		1.084.909,61	388.251,23

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE LUZ LTDA.
SICOOB CREDILUZ
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Valores expressos reais – R\$)

A T I V O		31/12/2017	31/12/2016
Circulante	Nota	49.630.405,06	45.195.654,53
Disponibilidades		998.532,21	913.945,90
Relações Interfinanceiras	5	25.297.776,68	19.559.783,79
Centralização Financeira - Cooperativas		25.297.776,68	19.559.783,79
Operações de Crédito	6	22.036.950,94	24.137.108,96
Operações de Crédito		25.800.716,77	26.813.111,77
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(3.763.765,83)	(2.676.002,81)
Outros Créditos	7	614.462,86	442.895,09
Créditos por Avais e Fianças Honrados		62.302,34	55.249,03
Rendas a Receber		126.997,22	206.664,41
Diversos		471.297,65	219.206,19
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(46.134,35)	(38.224,54)
Outros Valores e Bens	8	682.682,37	141.920,79
Outros Valores e Bens		652.400,00	911.000,00
(Provisões para Desvalorizações)		-	(800.000,00)
Despesas Antecipadas		30.282,37	30.920,79
Realizável a Longo Prazo		29.881.680,04	23.334.608,10
Operações de Crédito	6	29.406.173,56	22.880.065,09
Operações de Crédito		29.406.173,56	22.880.065,09
Outros Créditos	7	475.506,48	454.543,01
Diversos		475.506,48	454.543,01
Permanente		7.422.651,81	6.105.558,44
Investimentos	9	2.889.315,25	2.150.051,35
Participações em Cooperativas		2.859.784,29	2.120.520,39
Outros Investimentos		29.530,96	29.530,96
Imobilizado em Uso	10	4.528.915,96	3.844.907,54
Imóveis de Uso		3.839.714,75	3.107.495,85
Outras Imobilizações de Uso		1.874.581,31	1.623.391,01
(Depreciações Acumuladas)		(1.185.380,10)	(885.979,32)
Intangível		4.420,60	110.599,55
Ativos Intangíveis		623.337,52	623.337,52
(Amortização Acumulada)		(618.916,92)	(512.737,97)
		-	-
TOTAL DO ATIVO		86.934.736,91	74.635.821,07

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE LUZ LTDA.
SICOOB CREDILUZ
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Valores expressos reais – R\$)

PASSIVO		31/12/2017	31/12/2016
Circulante	Nota	62.649.213,52	48.725.233,24
<u>Depósitos</u>	11	54.191.954,06	43.356.246,90
Depósitos à Vista		11.124.228,12	9.603.527,22
Depósitos a Prazo		43.067.725,94	33.752.719,68
<u>Relações Interfinanceiras</u>	12	6.059.396,21	2.509.362,39
Repasses Interfinanceiros		6.059.366,21	2.509.032,39
Correspondentes		30,00	330,00
<u>Relações Interdependências</u>	13	353.117,19	1.032.607,49
Recursos em Trânsito de Terceiros		353.117,19	1.032.607,49
<u>Outras Obrigações</u>	14	2.044.746,06	1.827.016,46
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		18.975,60	7.314,57
Sociais e Estatutárias		549.167,72	938.213,96
Fiscais e Previdenciárias		189.073,25	181.811,72
Diversas		1.287.529,49	699.676,21
Exigível a Longo Prazo		7.331.442,13	10.503.533,00
<u>Relações Interfinanceiras</u>	12	6.836.106,70	10.029.130,52
Repasses Interfinanceiros		6.836.106,70	10.029.130,52
<u>Outras Obrigações</u>	14	495.335,43	474.402,48
Diversas		495.335,43	474.402,48
Patrimônio Líquido	16	16.954.081,26	15.407.054,83
<u>Capital Social</u>		7.931.643,11	8.342.607,74
De Domiciliados no País		8.108.618,89	8.557.703,72
(Capital a Realizar)		(176.975,78)	(215.095,98)
<u>Reserva de Lucros</u>		8.676.910,31	5.979.538,80
<u>Sobras Acumuladas</u>		345.527,84	1.084.908,29
TOTAL		86.934.736,91	74.635.821,07

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE LUZ LTDA.
SICOOB CREDILUZ
DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Valores expressos reais – R\$)

	2º Semestre de	31/12/2017	31/12/2016
Nota	2017		
Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira	6.071.696,88	11.680.813,52	11.585.252,90
Operações de Crédito	6.071.696,88	11.680.813,52	11.585.252,90
Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira	(2.753.693,66)	(6.606.998,73)	(5.963.959,20)
Operações de Captação no Mercado	15 (1.604.961,21)	(3.592.462,96)	(4.044.719,61)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	16 (550.222,14)	(1.077.172,85)	(866.776,28)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-	-	-
Provisão para Operações de Créditos	(598.510,31)	(1.937.362,92)	(1.052.463,31)
Resultado Bruto Intermediação Financeira	3.318.003,22	5.073.814,79	5.621.293,70
Outras Receitas / Despesas (Ingressos / Dispêndios) Operacionais	(1.921.334,51)	(3.100.240,45)	(2.123.465,28)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	621.683,44	1.208.100,14	982.935,73
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias	591.452,43	1.108.247,06	921.370,20
Despesas (Dispêndios) de Pessoal	(2.006.289,93)	(3.786.483,02)	(3.269.864,20)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas	(1.762.829,79)	(3.335.676,23)	(2.680.737,28)
Despesas (Dispêndios) Tributárias	(60.455,21)	(131.549,42)	(119.091,32)
Ingressos de Depósitos Interooperativos	1.032.423,84	2.320.791,56	1.953.368,95
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	18 431.385,20	807.590,26	709.625,53
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	19 (768.704,49)	(1.291.260,80)	(621.072,89)
Resultado Operacional	1.396.668,71	1.973.574,34	3.497.828,42
Resultado Não Operacional	20 (40.279,13)	595.670,62	(110.108,75)
Resultado Antes da Tributação/Participações	1.356.389,58	2.569.244,96	3.387.719,67
Imposto de Renda sobre Atos Não Cooperativos	(39.866,77)	(57.191,57)	(69.377,17)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperativos	(35.073,50)	(50.824,74)	(62.885,40)
Participação no Lucro (Sobra)	(79.115,10)	(157.709,76)	(141.826,55)
Sobras / Perdas antes das Destinações	1.202.334,21	2.303.518,89	3.113.630,55
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	16.d -	(1.957.991,05)	(2.028.722,26)
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	(345.527,83)	(478.853,26)
Reserva Legal	-	(1.612.463,22)	(1.549.869,00)
LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA) LÍQUIDO	1.202.334,21	345.527,84	1.084.908,29